

Emiliana da Consolação Ladeira

O lugar do “sujeito indeterminado”  
sob uma abordagem enunciativa

Belo Horizonte  
2010

Emiliana da Consolação Ladeira

# O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

**Área de Concentração:** Linguística Teórica e Descritiva

**Linha de Pesquisa:** Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2010

Dissertação intitulada *O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa*, defendida por Emiliana da Consolação Ladeira, em 30 de agosto de 2010, e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias  
Orientador

---

Prof. Dra. Vanise Gomes de Medeiros (UERJ)

---

Prof. Dra. Márcia Cristina de Brito Rumeu (UFMG)

---

Prof. Dra. Maria Auxiliadora Fonseca Leal (UFMG)  
Suplente

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2010

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais:  
*Gabriel e Maria Augusta,*

minhas referências, meus esteios e meus ícones.

Aos meus filhos:  
*Rodolfo, Rômulo e Gabriela*

razão da minha luta e busca incessante do saber. Em especial à Gabi pelo exemplo de força, coragem, determinação, fé, esperança e obstinação.

Ao meu neto:  
*Gabriel*

pelo futuro e continuidade que representa.

## AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer infinitamente às pessoas que, às vezes mesmo sem saber, contribuíram para que esse trabalho frutificasse. Esse é um momento singular e preciso dividi-lo, pois não foi, de forma alguma, um labor solitário. Mas há aqueles que estiveram mais perto de mim e, portanto, receberão referência distinta. Portanto, agradeço

a Deus,  
pelo que sou e estou.

ao Professor Luiz,  
por não desistir de mim; pela paciência, compreensão, pelo amparo, pela imensa confiança e pela orientação segura e definitiva neste caminho tão incerto.

ao Professor Perini e à Professora Márcia Cançado,  
por ouvirem minhas divagações e análises nem sempre coerentes e, mesmo assim, não me desabonarem.

aos Professores do Mestrado,  
pelas orientações e vastas leituras que só me fizeram crescer.

aos meus irmãos(ãs), cunhados(as) e sobrinhos(as),  
pelo carinho e amor que nos une e por acreditarem e confiarem em mim.

à Carlinha,  
pela amizade incondicional, pelos conselhos, broncas, carinho, por não me deixar esmorecer nunca e pelo colo nos momentos mais alegres ou nos mais tristes.

à minha avó Ana  
por ser um exemplo de fortaleza, fé, crença na vida, caridade e dedicação total aos seus entes; pelas fervorosas orações por mim e minha família.

ao Gilmar,  
pelo apoio logístico e por todo carinho a mim dedicado.

à Suellen,  
por cuidar tão bem de dois dos meus tesouros.

ao Thiago e à Lidi,  
por serem meus *Personal English Teachers*. Sem vocês eu não teria sobrevivido.

à Rívia e todos os meus queridos amigos,  
pelo apoio, conselhos, encorajamento, análises, críticas e por suportarem minhas crises e mau-humor nesse período.

à Luciani,  
pelos tantos conselhos, dicas e orientações. Você foi, com certeza, uma grande referência para mim.

aos colegas de curso e do grupo de estudos (Priscila, Igor, Gorette, Rivânia, Ângela, Elke, Luiza Godoy, Iara, Elizane, Luana, Zezé),  
pela companhia amiga, conselheira, fiel e enriquecedora.

à Margarida e meus colegas da equipe de Língua Portuguesa,  
por me ampararem sempre e pelo suporte e encorajamento durante todos esses anos.

à Márcia,  
pela leitura, crítica e correção do meu texto.

ao Alexandre,  
pelo coleguismo, espírito de solidariedade e por dar “cara” de dissertação ao meu texto.

à EPCAR, na pessoa dos meus chefes e de meus colegas de profissão,  
pelo apoio financeiro através do PLAMENS e confiança em meu trabalho.

à Major Denise,  
pelas orações e pela confiança em minha capacidade e apoio incondicional às minhas batalhas.

aos meus alunos da EPCAR,  
por serem os instigadores da minha veia de pesquisadora, serem os fornecedores de parte do meu *corpus* e por entenderem muitas das minhas ausências.

aos meus familiares,  
por torcerem sempre por mim

ao Edi, pai dos meus filhos,  
pelo que fomos e pelas vezes em que também precisou ser mãe.

aos meus amores,  
por serem meus amores...

e, para fechar, o maior agradecimento:

aos meus amados pais,  
porque na sentença da minha vida, no enunciado da minha existência, com a função de sujeitos da enunciação (realizados tanto no plano material, quanto simbólico, anteriores a toda e qualquer predicação) arrebataram-me do virtual, tornando-me um enunciado significativo.

“De repente, você entende algo que já havia  
entendido há tempos, mas de maneira  
diferente. Isso é o que significa aprender.”

Doris Lessing

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de sujeito indeterminado numa ótica enunciativa e numa perspectiva de projeção que se insira na tentativa de elucidar a relação entre o formal e o semântico. Para tal, apresentamos alguns estudos feitos sobre o tema e os discutimos a partir das lacunas que pensamos haver em cada um deles. Verificamos o fenômeno da indeterminação do sujeito sob a perspectiva da Gramática Tradicional e também sob a de algumas correntes linguísticas modernas. Em seguida, apresentamos uma teoria de base enunciativa com a qual nos alinhamos, uma vez que acreditamos que os fatos sintáticos de uma língua não se manifestam apenas no nível material da sentença. De acordo com a Semântica da Enunciação, há um nível simbólico que também é constitutivo da sentença. A partir dessa perspectiva então, propomos uma análise do sujeito indeterminado, observando os tipos de sujeito, no caso o *Sujeito Projeção* na perspectiva da teoria da enunciação, e os modos de ocupação da Formação Nominal Sujeito (FN-sujeito). Observamos que há uma mudança em curso no Português do Brasil (PB) que tende à ocupação material, orgânica do lugar do sujeito indeterminado. Para tal, são utilizados pronomes (eu, você, nós, a gente, alguém, etc) e expressões de sentido indeterminado (o cara, o pessoal, o indivíduo, etc). Constatamos que as formas de indeterminação usadas pelos falantes não são as mesmas e que elas variam de acordo com a cena enunciativa e com a necessidade do falante em deixar menos ou mais especificado o referente do sujeito projeção. Dessa forma, chegamos a uma reformulação do conceito de definitude, especificação e determinação. Em função da análise que propusemos, sugerimos uma nova nomeação e um novo conceito para o sujeito indeterminado, com o intuito de minimizar, senão dissipar, os problemas encontrados por quem deseja analisar sintaticamente essa formação nominal.

Palavras-chave: sujeito indeterminado – Semântica da Enunciação – sujeito projeção.

## ABSTRACT

The objective of this research is to discuss the topic of the indefinite subject in a spoken format and in a perspective projection so it can be possible to seek the difference between formal and semantic patterns. For this purpose, we will present some research studies on the topic and we will discuss them based on the difference we consider present between the two. We discuss the phenomenon of indeterminacy of the subject from the perspective of Traditional Grammar and some current linguistic terms. In the following, we will present a theory on enunciation, with which we align ourselves, since we believe that the syntactic facts of a language do not occur only on the material level of the sentence. From this perspective then, we propose an analysis of the indefinite subject, by observing the types of subject, in the case of Projected Subject from the perspective of the theory of enunciation, and the modes of occupation of Formation of the Nominal Subject (FN-Subject). We observe that there is an ongoing change in Brazilian Portuguese that tends to a material, organic occupation of the place of the indefinite subject. For this, it has been used pronouns (I, you, we, someone, etc.) and expressions of indeterminate meaning (the one, the people, the individual, etc.). We note that the forms of indeterminacy used by speakers are not the same and they vary according to the speech patterns and according to the speaker's need to specify the referent of the projected subject. Thus, we arrive at a reformulation of the concept of definiteness, specification and determination. From the analysis we have proposed, we suggest a new naming and a new concept for the indefinite subject in order to minimize, if not resolve, the problems encountered by those who wish to analyze syntactically this nominal formation.

Keywords: Indefinite Subject – Projected subject – Semantic of enunciation

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Fundamentos metodológicos .....</b>	<b>14</b>
<b>2. CAPÍTULO 1.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Revisão Bibliográfica .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Conceitos de indeterminação.....</b>	<b>38</b>
<b>2.3 Indeterminação : significação e discurso .....</b>	<b>40</b>
<b>3. CAPÍTULO 2.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 Fundamentação Teórica .....</b>	<b>49</b>
<b>4. CAPÍTULO 3.....</b>	<b>63</b>
<b>4.1 Pressupostos e crenças assumidos.....</b>	<b>64</b>
<b>4.2 Análise de algumas formas de indeterminação no PB .....</b>	<b>66</b>
<b>4.3 Análise de sentenças indeterminadas em período composto .....</b>	<b>68</b>
<b>4.4 Análise de sentenças indeterminadas quanto ao modo e tempos verbais .....</b>	<b>70</b>
<b>4.5 Conclusões iniciais sobre a ocupação do lugar do sujeito indeterminado .....</b>	<b>75</b>
<b>4.6 As sentenças indeterminadas e os modos de ocupação da FN-sujeito.....</b>	<b>77</b>
<b>4.7 Específico e Definido: proposta de (re) conceituação .....</b>	<b>80</b>
<b>4.8 O pronome “eles”: ancoragem e/ou indeterminação .....</b>	<b>86</b>
<b>4.9 Sentenças indeterminadas e a relação com a negatividade .....</b>	<b>88</b>
<b>4.10 Redefinição do conceito de indeterminação.....</b>	<b>88</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>



## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1.1 Introdução

O conceito de sujeito e os aspectos relativos à elipse e à indeterminação no âmbito dessa função gramatical se constituem em questões desafiadoras para os modelos clássicos de análise gramatical. As concepções tradicionais são capazes de analisar a função sintática dos sujeitos quando estes estão marcados materialmente. Mas quando ocorre a elipse e a indeterminação do sujeito, os problemas começam a surgir. Em especial, o problema do sujeito indeterminado na abordagem tradicional é uma questão bastante mal compreendida no que se refere à relação entre o orgânico e o enunciativo.

Sistematicamente os professores de Língua Portuguesa (LP) ensinamos gramática aos alunos do ensino fundamental e médio e até mesmo aos de graduação. A eles são apresentadas, segundo a Gramática Tradicional (GT), as formas de indeterminação do sujeito, que não preveem a ocupação orgânica do lugar desse tipo de sujeito.

Nenhum estudante de LP e falante do Português do Brasil (PB) com uma escolaridade mínima de 7 anos (7ª série do ensino fundamental) desconhece os recursos linguísticos apresentados na GT para indeterminação do sujeito: (i) o verbo da oração na 3ª pessoa do plural sem que se possa recuperar seu sujeito no texto, (ii) verbo, que não seja transitivo direto, na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula de indeterminação –se ou (iii) verbo na forma de infinitivo impessoal.

Porém, temos observado que há uma tendência muito forte de ocupar organicamente o lugar do sujeito não só em situações de fala, mas também de escrita, principalmente em redações escolares. Na prática docente, principalmente nos últimos anos, temos percebido cada vez mais frequente uma necessidade, por parte dos alunos em situações de produção de texto, de ocupar formalmente o lugar sintático do sujeito, mesmo que representem uma referência indefinida, indeterminada (equivalente a “alguém”) que venha a vivenciar a situação descrita na sentença. Os exemplos a seguir,

coletados de textos de redação produzidos pelos alunos durante nossa pesquisa, ilustram nossa afirmação.<sup>1</sup>

- (1) Que no escuro **você** pode fazer outras coisas ao invés de fazer seguro.
- (2) Interpretando corretamente veríamos que a seguradora fala se **você** fizer um seguro, tem que ser algo pensado, não de uma hora para outra.
- (3) Que em vez de **você** arriscar, contando com a sorte, **você** vai preferir se proteger, fazendo o seguro da empresa.
- (4) Se **você** faz coisas, em geral, no escuro **você** deve ter um seguro Bamerindus para que fique resguardado. A seguradora tenta passar, de uma forma diferente, os benefícios do seu produto.

No entanto, esse fenômeno não está circunscrito aos textos produzidos pelos alunos sem monitoramento aprimorado. Encontramos esse fato também em textos revisados e publicados em livros acadêmicos como o encontrado em Cançado (2008, p. 75-76).

- (5) Quando **você** diz *nesta página*, a expressão, por um lado, é parte da língua portuguesa, mas por outro lado, quando usada em determinado contexto, identifica um pedaço de papel em particular, alguma coisa que **você** pode segurar entre os dedos, um pequeno pedaço no mundo.

Assim é que nos perguntamos: por que as recorrências de materialização desse sujeito? Quais são as formas que estão sendo usadas para ocupar organicamente esse espaço? Em que condições enunciativas essa ocupação acontece? São as mesmas formas de materialização usadas em todas e quaisquer situações enunciativas indistintamente?

Os estudos da língua na sua organicidade, seja nos modelos da GT ou pela ótica das concepções formalista e funcionalista, não responderam às questões surgidas e nem mesmo garantiram o “uso adequado” conforme preconiza a norma culta padrão prevista na GT. Amostras desses estudos estão resenhados na seção Revisão Bibliográfica e

---

<sup>1</sup> Esses exemplos são respostas de um exercício de interpretação feito em sala de aula por alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) em Barbacena (MG). Eles interpretaram uma propaganda de seguros do Bamerindus veiculada em revistas e jornais, por ocasião do dia dos namorados. O enunciado era: **Tanta coisa para fazer no escuro e você vai logo fazer seguro?** A pergunta feita a eles foi: *Qual seria a interpretação adequada do enunciado da propaganda? Em outras palavras: o que a seguradora estaria afirmando a respeito do seu produto?*

comprovam nossa afirmação. Por isso acreditamos ser pertinente e relevante a pesquisa que realizamos.

Acreditamos que assumir uma perspectiva segundo a qual unidades se organizam em núcleos organicamente estruturados é apenas o ponto de partida de um estudo de língua na área da gramática (Dias, 2003: 59). Então faz-se necessária uma abordagem de gramática que seja capaz de explicar, segundo Dias, o “funcionamento da língua, trabalhando a relação entre a configuração orgânica e suas projeções de acionamento enunciativo.”

Com a nossa pesquisa, realizada nas bases acima propostas, tivemos como objetivo mais amplo discutir o conceito de sujeito indeterminado numa ótica enunciativa e numa perspectiva de projeção que se insira na tentativa de elucidar a relação entre o formal e o semântico. E como objetivos mais específicos a) verificar em que medida a indeterminação se constitui diferentemente no âmbito do lugar de sujeito gramatical, tendo em vista a ocupação e a não ocupação desse lugar sintático e b) uma vez que a indeterminação também se dá pela presença material do sujeito indeterminado, observamos os fatores enunciativos que suportaram a ocupação desse lugar sintático na constituição de uma sentença com esse tipo de sujeito.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está organizada em três capítulos antecedidos por uma seção chamada Considerações Iniciais na qual expomos a atual situação em relação ao sujeito indeterminado no PB, além das indagações que fazemos a respeito desse fenômeno e o que motivou o nosso trabalho. Ainda nessa seção apresentamos os objetivos e os fundamentos metodológicos da presente pesquisa. No Capítulo 1, fazemos uma revisão da bibliografia por nós utilizada para desenvolvermos nosso trabalho. Apresentamos o posicionamento de diversos gramáticos e linguistas acerca do fenômeno que ora pesquisamos. Revimos os conceitos de indeterminação por eles apresentados e a visão do que seja a indeterminação para algumas correntes da Linguística Moderna. No Capítulo 2, apresentamos a fundamentação teórica que nos serviu de base e sustentação para a apresentação da nossa perspectiva e forma de ver o fenômeno da indeterminação do sujeito, qual seja a Teoria da Enunciação. Já no Capítulo 3 fazemos, à luz de uma teoria de bases enunciativas, as nossas considerações e nos posicionamos frente ao fenômeno, estabelecendo as condições em que a indeterminação acontece e como ela se manifesta, propondo, inclusive, uma (re) conceituação de termos como “definido”, “específico” e “determinado”. Como culminância do nosso trabalho, propomos então uma renomeação

e uma redefinição do conceito para o sujeito dito indeterminado. Fazemos ainda, uma correlação de nossos estudos com a perspectiva da Macrossintaxe. A seguir, temos a seção Considerações Finais na qual apresentamos a nossa conclusão.

## 1.2 Fundamentos metodológicos

Pesquisas como a que desenvolvemos, de acordo com Brown & Rodgers (2002), são consideradas pesquisas primárias. A nossa metodologia aproximar-se-á da prevista por Larsen-Freeman e Long (1991) chamada de descrição focada, já que o escopo de nosso estudo estará voltado a um sistema de linguagem. Ainda segundo esses autores, quando estabelecem um paralelo comparativo entre paradigma qualitativo e quantitativo de pesquisa, trabalhos como o que fizemos deverão ficar no liame entre esses dois paradigmas, pois ao mesmo tempo em que buscamos analisar dados e suas causas, também analisamos esses mesmos dados a partir de uma teoria já existente e ainda desenvolvemos uma nova perspectiva, fundamentada em outra teoria (a teoria enunciativa). Assim, seguindo orientações de Gass & Mackey (2007), o trabalho aqui desenvolvido foi de base linguística, pois “focará a representação da linguagem e a análise linguística e não como a linguagem é processada em tempo real ou usada no contexto.”<sup>2</sup>

Para proceder à coleta de dados para a pesquisa nós nos orientamos pelo estudo feito por Dias (2006a) em relação ao estatuto do exemplo. Ele percebe a exemplificação como algo que deve constituir uma rede de ocorrências, embora a nossa abordagem não necessite de um princípio dominante de ocorrências. Em nosso trabalho, a exemplo do de Pereira (2008), “os *corpora* exercem papel de auxílio na busca de determinada estrutura em um conjunto de textos efetivos. Assim, com os dados, podemos constatar se esta estrutura tem ou não ocorrência efetiva na língua. Se sim, exemplos que se engendram nessas ocorrências poderão ser reconstituídas teoricamente.”

A construção de novos exemplos se justifica pela necessidade de se saturar a demanda de dados exigida pela análise que se quer fazer. Mas essa construção não se caracterizará pelo que Dias (2006a) chama de exemplo-ilha, ou seja, aqueles elaborados

---

<sup>2</sup> Minha tradução de ...*focuses on research dealing with language representation, meaning that the focus is on language and linguistics analysis and not on how language is processed in real time or used in context.*

pelos gramáticos apenas para ilustrar um conceito. Esse tipo de exemplo sofre de um processo de singularização que os separa dos demais e os faz perder a capacidade de generalidade e se tornar tão somente demonstração. Ao contrário, trabalhamos com os exemplos-colmeia, aqueles que, segundo Dias, podem ser criados em função da regularidade de ocorrências efetivas na língua e que preencherão as necessidades de demonstração do fato linguístico, devidamente ancorados nele. Os exemplos não aparecerão desgarrados do discurso no qual foram produzidos e inseridos aleatoriamente no texto apenas para demonstrar conceitos de forma, às vezes, bastante artificial; na verdade eles serão convocados para constituir um conjunto de exemplos que formam uma unidade. Porém, estarão devidamente ancorados nos exemplos efetivamente realizados no uso da língua. Assim, tendo como “originador” um dado efetivo da língua, como o exemplo já citado anteriormente

(1) Que no escuro **você** pode fazer outras coisas ao invés de fazer seguro,

podemos construir outros, para ampliar a discussão que está sendo estabelecida, desde que se mantenha a ancoragem no exemplo “originador” da colmeia. p.e.:

(1a) Que no escuro **pode-se fazer** outras coisas ao invés de fazer seguro.

(1b) Que no escuro **podem** fazer outras coisas ao invés de fazer seguro.

(1c) Que no escuro **a gente** pode fazer outras coisas ao invés de fazer seguro.

(1d) Que no escuro **o pessoal** pode fazer outras coisas ao invés de fazer seguro.

(1e) Que no escuro **fazem** outras coisas ao invés de fazer seguro.

e tantos mais quantos forem necessários para saturar as possibilidades de demonstrar formas de indeterminação do sujeito utilizadas pelos falantes do PB.

Dessa forma, acreditamos ser possível falar também dos modos de enunciação que atravessam os usos da língua e não só falar dos lugares sintáticos, enquanto elemento orgânico, estrutural.

Assim, em consonância com Dalmaschio (2008), entendemos que os exemplos, nesse novo estatuto proposto por Dias (2006a), visam “legitimar nosso trabalho, que pretende analisar o fato gramatical não apenas enquanto materialidade linguística, categoria sintática constituída organicamente, mas também, como elemento que se constitui nos modos de enunciação que perpassam os usos da língua.”

Para nós, não é fundamental “a quantidade de ocorrências do fato linguístico, mas a regularidade que essas ocorrências assumem no uso efetivo da língua, ou seja, a real possibilidade que os exemplos adquirem de funcionar em determinados acontecimentos enunciativos.” (Dalmaschio 2008).

Dessa forma, trabalhamos com alguns exemplos coletados em redações de alunos de Ensino Médio da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar (EPCAR), com exemplos que são dados reais e que, quando surgirem no texto, serão identificados como tal e com outros que criamos, utilizando do formato colmeia para saturar a necessidade de demonstrar o fato estudado, além de trechos de textos coletados em mídia impressa.

O nosso trabalho se constituiu de quatro etapas:

- 1- Coleta de exemplos de marcação orgânica da ocupação do lugar do sujeito indeterminado nas redações escolares dos alunos da EPCAR. Neste momento, tivemos a preocupação de distinguir lapso de ocorrência, através da observação das condições enunciativas em que o fato ocorre.
- 2- Coleta de exemplos em textos de mídia impressa (livros e jornais), por entendermos que esses suportes trazem textos que já foram revisados e passaram por um controle, não sendo mais uma produção espontânea, e ainda mantêm a forma marcada organicamente do sujeito indeterminado.
- 3- Configuração do fenômeno nas ocorrências, baseado na teoria de base enunciativa.
- 4- Estabelecimento de parâmetros desse fenômeno. Nesse momento, além dos exemplos coletados nas redações e textos da mídia impressa, construímos outros que ratificaram o fenômeno, mas que tinham “ancoragem em exemplos realizados.” (Dias 2006a).

Assim, a partir das concepções de uma teoria da enunciação sentimo-nos capazes de analisar os exemplos selecionados por nós. A razão da escolha de textos dos alunos acima citados se deve ao fato de eles possuírem um relativo domínio das regras da Gramática Normativa (GN) e ainda assim apresentarem com muita frequência essa tendência de materializar o lugar do sujeito indeterminado. E a escolha de textos da mídia impressa se justifica por termos observado que essa não é mais uma ocorrência restrita à linguagem oral ou à escrita sem monitoramento aprimorado ou mesmo a de pessoas com pouca familiaridade com a modalidade escrita da língua.

## 2. CAPÍTULO 1

### 2.1 Revisão Bibliográfica

Um fator que chamou nossa atenção nas pesquisas preliminares para o desenvolvimento desse trabalho foi a falta de uniformidade entre os gramáticos para a definição do conceito de indeterminação. Souza (2007) também analisou essa constatação e fez um levantamento das definições apresentadas por alguns gramáticos e também por alguns linguistas. Acreditamos também ser esse um ponto crucial, por isso tal conceito foi por nós desenvolvido e ampliado nessa pesquisa. Outros pesquisadores, da mesma forma, têm se ocupado disso. Santos (2006), reportando-se ao trabalho de Rollemberg et al (1991), afirma que há muita imprecisão em relação às definições de indeterminação e de sujeito. Segundo o autor, o que as definições apresentam, diz respeito à referência do sujeito e não ao desconhecimento ou a não determinação do agente verbal. As noções de indeterminação e de sujeito não são precisas com relação à sua natureza: se semântica ou gramatical. Há casos em que não faz sentido falar em indeterminação do sujeito quando o que se tem, na verdade, é a indeterminação do agente da ação indicada pelo verbo. Ele cita como exemplo a frase *Eu fui assaltado*. em que a função de sujeito cabe ao pronome, mas o agente da ação não está especificado. É um caso de indeterminação, mas não do sujeito e sim do agente da ação. Pelos conceitos oferecidos pela GT, nessa frase não se pode determinar o agente da ação verbal e, sendo assim, pela lógica da definição, ter-se-ia um caso de sujeito indeterminado.

Souza (1986) já se preocupava com essas questões e ao comparar e analisar as definições de sujeito oferecidas por várias gramáticas, propõe que haja uma redefinição desse conceito. Apresenta sugestões de como seria possível fazê-lo usando apenas de critérios estritamente sintáticos, uma vez que essa definição se presta à sintaxe e não à morfologia, fonética ou semântica. O nosso interesse no trabalho citado se deve ao fato de o autor até não ver controvérsias significativas em relação à tipologia dos sujeitos apresentada pela GT, exceto para o sujeito indeterminado. Segundo o autor, as formas previstas pela GT para se classificar um sujeito como indeterminado são equivocadas em função da inadequação dos critérios apresentados. Esse equívoco tem suas raízes no conceito de sujeito como ser – para ele, em comunhão com o filósofo espanhol Manuel

Garcia Morenos, a pergunta “o que é o Ser”, “quem é o Ser” é irrespondível. Saber a que se refere o pronome “eles” ou “elas” em frases como “*Falaram mal de você*” não é um problema sintático, mas semântico.

O que se apresenta indeterminado não é o sujeito (pessoa verbal) da oração, mas o referente. É o mesmo equívoco cometido pelos que querem que os pronomes indefinidos –“tudo”, “nada”, “ninguém”, “alguém”, etc. - sejam núcleos de sujeito indeterminado. Em orações como “Alguém saiu”, o sujeito é “Alguém”, pois este termo é a pessoa do verbo “saiu”. Agora, saber quem é esse “alguém” já não é mais de responsabilidade da sintaxe, mas da semântica. A insistência na defesa desse equívoco demonstra como a inadequação de critérios se estende aos demais itens da análise sintática (Souza, 1986).

Souza (2007) fez um detalhado estudo do emprego do pronome “eles” como recurso de indeterminação do sujeito. No Capítulo 1, a autora demonstra que as GTs apresentam cinco formas de indeterminação do sujeito:

- “(i) - Pronome ‘se’ e verbo ativo na 3ª. pessoa do singular:  
*Precisa-se de faxineira.* (Rocha Lima, 1968, p.226)
- (ii) - Verbo na 3ª. pessoa do plural, sem sujeito gramatical expresso:  
*Na rua **olhavam-no** com admiração.* (Cegalla, 1994, p.296)
- (iii) - Verbo no infinitivo impessoal:  
*É **penoso carregar** aquilo sozinho.* (Cegalla, 1994, p.96)
- (iv) - Pronome indefinido: ninguém, alguém, tudo:  
***Ninguém** chegou.*  
***Alguém** bateu à porta.*  
***Tudo** nos interessa.* (Rocha Lima, op. cit., p.227)
- (v) - Pronome ‘a gente’ e verbo na 3ª. pessoa do singular:  
***A gente** nunca sabe.* (Cuesta y Mendes, 1961, p.352)”

Souza (2007) ainda propõe um sexto recurso, ressaltando que esse ainda não é mencionado nas gramáticas, embora ela reconheça essa ocorrência e a tenha analisado a partir de um *corpora* de língua falada.

- (vi) - Pronome ‘eles’ e verbo no plural  
***Eles** param muito é ônibus do Paraguai.* (E.26-‘VN’)  
***Eles** contam o caso da Fiat Lux.* (E.13-‘BH’)

Em sua pesquisa a autora conclui que esse fato de as formas pronominais (expressas ou nulas) se mostrarem frequentes na representação dos sujeitos

indeterminados no PB constitui um fator de diferença entre os dialetos do Português, já que no Português Europeu (PE) há uma preferência pelas construções com o “se” para indeterminar o sujeito. Essa foi mais uma razão para levarmos adiante a nossa pesquisa.

Orlandi, Guimarães e Tarallo (1989) analisaram situações semelhantes em que o “eu”, o “a gente” e o “nós” também se apresentam como índices de indeterminação do sujeito. Porém, os autores fazem essas análises com vistas na Análise do Discurso (AD). O objetivo deles foi mostrar algumas formas de indeterminação do sujeito como prováveis marcas sociodiscursivas. A partir de um programa quantitativo variável, procuraram levantar o que eles chamaram de “pistas” de interpretação sobre a obviedade e a ação da marca de indeterminação na caracterização de discursos (ou falas). Apresentaram uma discussão sobre a possível presença de uma determinada marca (ou marcas) como elemento(s) diferenciador(es) de discursos. Vários fatores e condições foram considerados e quanto às formas de indeterminação viu-se que as diferenças nos usos devem ser remetidas à formação discursiva em que se inserem e que faz com que elas signifiquem distintamente. Segundo os autores, as diferenças não são atribuíveis à natureza da linguagem em si ou a um maior ou menor domínio da língua, nem à natureza dos falantes: são da ordem do discurso e se instalam a partir de seus lugares na formação social, num processo que é determinado historicamente. Mas ainda, para nós, permanece a indagação das condições enunciativas que envolvem a utilização de materialização orgânica do lugar do sujeito dito pela GT como indeterminado.

Moreira (2005), ao discutir o conceito de sujeito, mostra como esse é apresentado na GT, na linguística moderna e na gramática gerativa.

...na gramática tradicional, define-se o sujeito como aquele ser que pratica ou sofre a ação expressa pelo verbo.”(...)

“A linguística moderna define o sujeito como a função gramatical do sintagma nominal na oração de base composta da cadeia: sintagma nominal + sintagma verbal; oração de base, que tem a forma F---→ SN + SV.(...)

Na gramática gerativa, distingue-se o sujeito da oração de estrutura profunda do sujeito da frase de estrutura superficial (...)que são diferentes. Essa distinção retoma, em parte, a de sujeito e de agente (...). (Moreira, 2005:12-13)

Para o autor, se há diferenças e superficialidade na conceituação de sujeito, “não se poderia esperar maior grau de profundidade na análise e sistematização da indeterminação.” Tanto é assim que muitos gramáticos e linguistas “se atêm a descrever dois ou três recursos que permitem ao enunciador indeterminar, seja por qual razão for,

mas ignoram muitos outros mecanismos existentes na língua, tais como os processos de gramaticalização, p.e. “*o cara*”, “*o pessoal*”, “*o indivíduo*”, “*a gente*”, ou de pronomes pessoais com função indeterminadora, tais como o “*você*”, “*eu*”, “*eles*”, muito frequentes no PB atual. Por isso, em seu trabalho, Moreira (2005) propõe uma ampliação do conceito de indeterminação utilizado pela GT. Segundo ele,

Chamar-se-á aqui de indeterminação ao fenômeno em que o referente do sintagma, que ocuparia o espaço reservado ao agente, não pode ser, total ou parcialmente, determinado, seja qual for o recurso formal utilizado. Assim, o fenômeno – que pode ser analisado sob vários aspectos – vai nos interessar particularmente no que se refere ao estudo da informação contida na indeterminação relativa ao referente e às condições de manifestação do referente como indeterminado. É bom também que se reitere que este trabalho não direciona o foco para o fenômeno a que a gramática tradicional chama de indeterminação do sujeito. A GT costuma fundir os conceitos de sujeito e de agente, tratando-os como se fossem fenômenos iguais. Esta não é nossa abordagem nem nossa perspectiva. Em nosso viés de análise, é importante distinguir os dois conceitos com clareza. Aqui, o termo sujeito se reportará tão-somente à função sintática, enquanto o termo agente será utilizado para se referir ao papel temático, com enfoque predominantemente semântico. Nessa perspectiva, não existe, a rigor, “indeterminação de sujeito”, mas, antes, indeterminação de agente, expressa através de certas manipulações que tipicamente envolvem o sujeito da oração. (Moreira, 2005:20-21)

A seguir, o autor ainda afirma que, em português, o fenômeno da indeterminação não é restrita à função sintática de sujeito ou do argumento agente. Ele exemplifica com casos em que ocorre a indeterminação de outros argumentos não expressos lexicalmente e com o papel temático de paciente.

- [i] Essa menina quase não come.
- [ii] O bando atacou novamente.
- [iii] Não tenho tido notícias de meu irmão. Ele não escreve há tempos.
- [iiii] Ele sai para pescar quase todo domingo.
- [iiiiii] Os adolescentes quase não lêem.<sup>3</sup>

Mais adiante, quando nós estivermos também discutindo e revisando essas novas propostas, voltaremos às considerações de Moreira (2005).

Para Perini (1995) sujeito é o “termo da oração que está em relação de concordância com o núcleo do predicado”. Sendo assim, orações como

---

<sup>3</sup> Os exemplos de (i) a (iiiiii) são, respectivamente, os de número [1] a [5], extraídos de Moreira (2005:22)

(6) Estamos felizes.

(7) Chegaram tarde.

seriam consideradas como orações sem sujeito, já que não está na oração o termo com o qual se estabelece a concordância.

Perini (2008) reconstrói esse conceito, mas não responde ainda nossas indagações. Ele afirma que a função sintática de sujeito não pode ser examinada apenas a partir de uma relação posicional, mesmo que se possa fazê-lo com base em fatores concretos, observáveis. Para o autor, as funções sintáticas “são etapas intermediárias no relacionamento entre os espaços formal e semântico.”<sup>4</sup> Novamente vemos a ideia de que nos enunciados linguísticos encontram-se dois planos: um material e outro que não está explicitado organicamente na sentença. Porém, Perini ainda afirma que para que uma oração tenha sujeito, este estará materialmente expresso na sentença. Tanto é que apresenta as regras de identificação do sujeito e afirma que dessa maneira “a identificação do sujeito se faz sem deixar resto.”

Regra de identificação do sujeito

Condição prévia: sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.

(i) Se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito.

(ii) Se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo.

(iii) Mas se o SN em questão for um clítico ( me, te, nos, se), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente.<sup>5</sup> (Perini, 2008:108)

Seguindo em sua análise, Perini trata da ambiguidade de estruturas cujo verbo se apresenta na terceira pessoa do plural.

Já em

**[33] Quebraram a janela.**

não aparece a ambigüidade que se observa em

**[34] Quebraram alguns pratos.**

justamente pela impossibilidade de rotular a janela como sujeito dada a incompatibilidade de pessoa e número com o sufixo verbal. Em [34], a incompatibilidade não existe, e por isso a frase é ambígua: pode ser

<sup>4</sup> Semântico para Perini é o aspecto relativo à atribuição de papéis temáticos aos termos da oração.

<sup>5</sup> A regra funciona para orações do tipo das que estudamos até aqui. Para períodos compostos e casos de redução anafórica tornam-se necessárias outras restrições.

entendida como uma construção ergativa (=alguns pratos quebraram) ou uma transitiva com Agente indeterminado (=alguém quebrou alguns pratos).<sup>6</sup> (Perini, 2008:118)

Até aqui, o autor não esclarece muito sobre o tipo de sentenças que investigamos, ou seja, aquelas cujo sujeito é chamado de indeterminado. Sobre o fenômeno da indeterminação, Perini analisa:

O [sufixo] de terceira pessoa do plural tem complexidades próprias, e além de se referir a entidades plurais que não incluem “eu” ou “nós”, ele também se refere ao Agente não especificado em

**[65] Depredaram o meu carro.**

(...)

Um fenômeno difícil de analisar em termos semânticos é a ocorrência como sujeitos dos itens *nós* e *a gente*, um dos quais elabora informação de um sufixo de primeira pessoa do plural, e o outro de um de terceira do singular. Por exemplo,

**[68] Nós já vimos esse filme.**

**[69] a gente já viu esse filme.**

Em termos de referência, *nós* e *a gente* se equivalem, e ambos incluem em sua extensão o falante, mais pelo menos mais uma pessoa. Ao que tudo indica, isso nos impede de descrever semanticamente essa diferença de sufixos. Por conseguinte, será necessário marcar o item *a gente* como uma exceção – embora seja semanticamente “primeira pessoa”, é formalmente “terceira”. Talvez haja analogia com

**[70] Agora a mamãe vai descansar.**

(dito pela própria mamãe), com a diferença de que a mamãe só excepcionalmente inclui o falante, ao passo que *a gente* o faz normalmente. (...) (Perini, 2008:129-130)

Perini (2010) continua afirmando que orações que não apresentam um SN expresso foneticamente são orações sem sujeito. Para ele, o sujeito é um SN presente (materialmente) na oração e que tem uma relação especial de concordância com o sufixo pessoa-número do verbo. Porém, faz uma ressalva dizendo que

no modo imperativo, o sujeito pode ser, e geralmente é, omitido. Isso provavelmente tem algo a ver com o fato de que o sujeito do imperativo sempre se refere ao ouvinte, com ou sem inclusão do falante, e o verbo deixa cada caso bem claro. Assim, quando dizemos

[6] *Lava* esse carro, por favor.

sabemos que o Agente de *lavar* deve ser o enunciatário. (Perini, 2010:78-79).

---

<sup>6</sup> O sujeito indeterminado ainda tem que ser integrado no sistema, certamente como parte das condições de introdução de argumentos não expressos; (...) (Perini, 2008)

Nesse ponto, Perini (2010:79) faz uma ressalva em nota de rodapé e diz: “não o pronome *você*, que seria o sujeito, mas não está presente na frase, apenas o receptor da mensagem (representado entre aspas por “*você*”)”.

Note-se que Perini, em função da definição que propõe para sujeito, não admite haver sujeito na frase do seu exemplo [6], mas reconhece que há uma referência ao ouvinte feita por alguém. Para nós, esse “alguém” é o sujeito do tipo projeção que não aparece expresso na oração, mas que tem sua existência e realização num plano que não o material, mas o da enunciação.

Tentando reafirmar seus conceitos, o linguista segue apresentando verbos que “preferem ocorrer sem sujeito” e explicita as razões para tal. Chega então a um capítulo específico (o de nº 5) para tratar do sujeito indeterminado. Primeiro, define o que é indeterminação:

é o fenômeno que consiste em entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma (...). Quanto menos individualizada (isto é, quanto mais esquemática) for a referência, mais indeterminado será o sintagma respectivo. Esses graus de indeterminação, ou pelo menos alguns deles, são marcados gramaticalmente pelas línguas. (Perini, 2010:83).

Ele dá como exemplo desses graus de indeterminação as seguintes sentenças:

<i>Esse menino é louro.</i>	+ determinado
<i>Menino dá muito trabalho.</i>	– determinado
<i>Alguém mexeu no meu prato.</i>	– determinado ainda = indeterminado

Perini afirma que o PB oferece “diversos recursos de indeterminação, que permitem uma variedade notável de nuances de significados”(2010:83). Afirma ainda que outros termos da oração podem aparecer indeterminados, mas que o sujeito recebe maior atenção por ser um aspecto mais rico e complexo desse fenômeno. Perini (2010:84-85) traz cinco formas pelas quais, no PB, se exprime a indeterminação do sujeito, através de recursos sintáticos e lexicais.

- 1- Sintagma nominal sem determinante, com referência genérica. (*Criança suja muito o chão.*)

- 2- Verbo sem sujeito na 3ª pessoa do plural, deixando apenas entendido que se trata de um ser humano.<sup>7</sup> (*Quebraram a janela.*)
- 3- Verbo sem sujeito na 3ª pessoa do singular, que também parece ser restrito a referentes humanos.<sup>8</sup> (*Nessa fazenda planta café e milho.*)
- 4- O infinitivo sem sujeito. (*Nadar é bom para a saúde.*)
- 5- Itens lexicais em geral restringindo a referência a seres humanos. Tais itens seriam: *você, o cara, o sujeito, o pessoal, a gente, eles, etc.* (*Na calada da noite, o cara chega, invade sua casa, você vê o cara e tem que afinar. / Eles fecharam a passagem por essa rua.*)

Embora Perini (2010) tenha detalhado as construções em que aparecem o sujeito indeterminado no PB, continuamos com as nossas indagações acerca da presença material de um item lexical, cada vez mais como forma não marcada no PB. Por que o falante sente a necessidade de explicitar lexicalmente (organicamente, materialmente) esse tipo de sujeito? Responderemos isso ao longo de nossa análise.

Berlinck, Duarte e Oliveira (2009) estão em consonância com Perini quando afirmam que “a concordância verbal é crucial para a definição de sujeito”. Porém, não comungam com ele quando se trata da existência de sujeito nas sentenças. Segundo elas, é regra geral que toda sentença tem sujeito.

O sujeito pode ser um elemento gerado na posição argumental (...) ou um elemento gerado na posição funcional(...). A noção de sujeito não se confunde de modo algum com a de argumento externo nem tampouco com a de tópico. Ambas as noções são necessárias para a compreensão da estrutura sintática sentencial e desfazem o aparente paradoxo encontrado nas GTs, segundo as quais o sujeito é um termo essencial da sentença, embora haja sentenças sem sujeito. (p.111)<sup>9</sup>

Então, sujeito é, para as autoras, “o elemento que ocupa a posição de especificador de SFlex e exibe concordância com o verbo, além do caso nominativo, o

<sup>7</sup> Aqui não concordamos com o autor. Em uma situação enunciativa em que alguém chega em casa e se depara com a janela quebrada, diz: \_ *Quebraram a janela.* Outra pessoa que estava em casa no momento diz: \_ *Foi um pássaro que se chocou contra ela.* Isso nos parece perfeitamente plausível.

<sup>8</sup> Novamente aqui ousamos discordar do autor. Tomemos as seguintes cenas: (1) Dois amigos conversando e um deles está com o seu cachorro. De repente, o animal sai de perto deles e se encaminha para o outro lado da rua. O que não era dono do animal diz: \_ *Aonde ele vai? Segura ele!* Ao que o dono do cachorro responde. \_ *Vai para casa!* ; (2) Dois amigos conversando, e um deles aponta para o cachorro da vizinha que por eles passa, encaminhando-se para a rua da residência dela, então diz: \_ *Veja! Vai para casa.* Note-se que, nesses casos e em muitos outros da língua, o referente não é humano.

<sup>9</sup> Para as autoras, as tidas “orações sem sujeito” ou de “sujeito oculto” da GT, têm sujeito, só que representados por um *pro* (nulos referenciais ou expletivos).

que é visível quando representado por um pronome (...). O sujeito pode ter referência determinada (*As melancias estão muito maduras*); indeterminada (*Falava-se muito sobre a Copa do Mundo./ ... dizem que o Brasil será hexacampeão.*), ou pode não ter qualquer referência, isto é, o predicador pode não selecionar um argumento externo, e a posição de SFlex pode estar vazia, por não existir um pronome expletivo (sem conteúdo semântico) no PB (*Choveu muito hoje./ Há muitos restaurantes bons aqui./ Parece que o Brasil é favorito para ganhar a Copa.*). Sabe-se que a possibilidade de deixar um sujeito pronominal nulo não é uma característica geral das línguas. Há aquelas que possuem um pronome expletivo para ocupar a posição do sujeito. O PB não se inclui nessas línguas, embora venha se comportando dessa forma, como atestam inúmeros estudos, muitos, inclusive, citados aqui em nosso trabalho.

As autoras apresentam dados também que vão de encontro ao que diz Perini (2010) em relação ao preenchimento do sujeito nulo estar relacionado ao traço [+humano]. Segundo elas, “com o traço [-humano/-animado], o índice de sujeitos preenchidos, embora mais baixo (54%)<sup>10</sup>, é muito expressivo no sentido de distanciar o comportamento do PB daquele do espanhol, do italiano, que rejeitam o uso de pronomes para seres inanimados.” E continuam: “mesmo nos padrões que favorecem o sujeito nulo (...), o português brasileiro, culto ou popular, prefere o sujeito expresso” (Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009: 130-131).

Seguindo com a exemplificação comprobatória das afirmativas das autoras, elas também observam a ‘rigidificação’ da ordem SVO ou SV apresentada no PB, e que também concorre para a tendência de realização fonética dos sujeitos pronominais referenciais ou a dos de referência indeterminada<sup>11</sup>. Ao que parece, o PB rejeita um expletivo lexical (forma usada no francês e no inglês) e prefere ocupar a posição de especificador de SFlex com elementos que tenham conteúdo semântico, já que o PB é uma língua cuja orientação é para o discurso (Negrão, 2000:183)

Para resolver essa situação, o PB parece ter desenvolvido “um paradigma de ‘pronomes fracos’ que substituem o sujeito nulo dentro de uma sentença-comentário, opondo-se à série de pronomes fortes, localizados à margem esquerda da sentença. Como as duas séries são quase homófonas em português (ao contrário do francês e do

<sup>10</sup> A relação ‘mais baixo’ é em função do dado 78% em relação ao preenchimento do sujeito nulo em sentenças com o traço [+humano].

<sup>11</sup> À frente detalharemos esse processo de ‘rigidificação’ quando da apresentação dos estudos feitos por Lunguinho e Medeiros Júnior (2009).

inglês, p.e.), essa oposição é mais facilmente percebida na realização do pronome fraco *você* como *cê*. Berlinck, Duarte e Oliveira (2009:156) exemplificam esse fato:

(102) c) Então sucede que você vendo as estatísticas de tráfego de distribuição de carga e do peso por roda etc... *cê* vê que as estradas brasileiras estão sendo muito solicitadas.

(103) c) A professora, ela ... no fundo *ela* é uma orientadora.

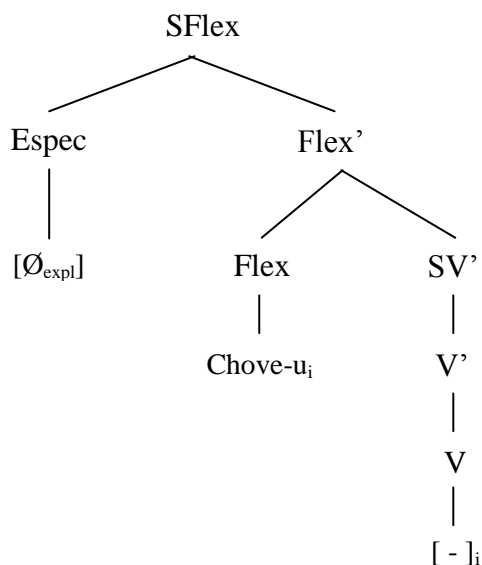
Em virtude disso também, as autoras (2009:160) ainda propõem uma reanálise do tópico como sujeito em sentenças em que aquele aparece na posição deste. Como exemplo trazem *A televisão[Ø<sub>expl</sub>] é horroroso quando eles estão fazendo programa.*

São comuns na fala culta e popular estruturas em que um constituinte da sentença parece ocupar a posição de um sujeito expletivo nulo. A orientação para o discurso e a preferência pelos sujeitos pronominais preenchidos são certamente fatores que têm levado ao preenchimento da posição à esquerda do verbo que não seleciona um argumento externo. (Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009: 160).

Como exemplo do fenômeno citado acima, trazem *Vê se aquelas janelas tão chovendo.* em que há um “movimento de constituintes internos ao SV para a posição ‘disponível’ de especificador de SFlex de verbos inacusativos e impessoais” (2009:160) gerando, inclusive, sentenças como a mostrada acima e que são de difícil reconstrução na forma SVO, ou de tópico como tópico e não de tópico como sujeito.

Continuando a discussão da ocupação material da posição de sujeito nas sentenças do PB com verbos monoargumentais, as autoras (2009:172) dizem ser “possível postular um pronome expletivo nulo que ocupe a posição de especificador de verbos climáticos e verbos existenciais.”

Vejamos a representação da estrutura “Choveu”.



Uma conclusão a que autoras chegam e que a nós muito interessa, pois confirma nossos princípios, é a de que, após análise de muitas sentenças e da colocação delas em árvores, é que

a estrutura gramatical, que contém o nódulo Flexão e o expletivo nulo (*pro<sub>expl</sub>*) no seu especificador, justifica, por sua vez, o princípio universal de que toda oração tem sujeito<sup>12</sup>, princípio este, também observado pelas gramáticas tradicionais quando postulam o sujeito como um dos termos essenciais da oração. (Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009: 172)

Mas ainda assim, como se pode observar, as nossas indagações apresentadas na Introdução ainda continuam: por que as recorrências de materialização do sujeito indeterminado? Quais são as formas que estão sendo usadas para ocupar organicamente esse espaço? Em que condições enunciativas essa ocupação acontece? São as mesmas formas de materialização usadas em todas e quaisquer situações enunciativas indistintamente?

Bechara (2004) diz que sujeito é “uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal”. Dessa forma, os casos (6) *Estamos felizes* e (7) *Chegaram tarde* estariam resolvidos. As desinências verbais já projetam o sujeito gramatical, claramente em (6), e a explicitação dele estaria na alçada do texto e não somente da gramática, assevera Bechara. Em (7), poderíamos recorrer ao texto ou à situação comunicativa em que o enunciado se encontra e recuperar o sujeito gramatical.

Porém, casos como

(8) Caminhar, cantando na chuva, faz bem à alma.

não se resolvem a partir das perspectivas de Perini nem das de Bechara, nem das dos outros autores resenhados até aqui. A forma verbal “cantando” é fixa para as variáveis que têm repercussão na identificação do sujeito. A variação presente na forma verbal é apenas de tempo. Não se encontram as variações de número e pessoa, responsáveis pela explicitação léxica do sujeito gramatical. Por isso, a necessidade de se discutir a relação forma e sentido em um outro nível – que nós propomos seja a enunciação.

---

<sup>12</sup> Grifo nosso

Teorias linguísticas mais modernas analisam a questão da ocupação orgânica (material) do sujeito por outros vieses. A teoria gerativista traçou Parâmetros e um deles é o denominado Parâmetro do Sujeito Nulo ou Parâmetro *pro-dop*, que é o responsável por distinguir as línguas entre aquelas que permitem um sujeito foneticamente nulo (caso do Português em, p.e., *Falaram mal de você; Trovejou muito ontem; Comprei um carro*) e aquelas que não permitem tal construção (caso do Inglês, do Francês em, p.e., *It rains; Il pleut*).

Em Português, especificamente, o sujeito nulo se manifesta em construções do tipo daquelas que a GT chama de sujeito desinencial, sujeito indeterminado e nas orações com sujeito inexistente. Por razões desse trabalho, comentaremos apenas as construções que são conhecidas como de sujeito indeterminado.

Lunguinho e Medeiros Júnior (2009) trazem exemplos de sentenças que se apresentam com estrutura indeterminada, diferentes das preconizadas pela GT:

- (i) a- *Aí você se descuida e vem todo mundo em cima de você.*
- b- *Quando a pessoa vai lá não tem ninguém para atender.*
- c- *Alguém roubou meu lanche.*
- d- *Se você fizer isso, depois *neguim* vai te encher a paciência.*
- e- *O cara vem aqui para se consultar e o médico nunca está.*
- f- *O pessoal vem, come pra caramba e ainda sai reclamando.*<sup>13</sup>

E, além desses, apresentam o que eles chamam de “uma nova estratégia de indeterminação do sujeito, que se constrói com uma forma verbal transitiva flexionada na terceira pessoa do singular, mas sem o tradicional *se*, que seria exigido nessas circunstâncias, como preveem as gramáticas.(...)”. Vejam os exemplos dados por eles:

- (ii) a- *Matou um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.*
- b- *Montou o armário lá em casa semana passada.*
- c- *Telefonou aí da CEB para você.*
- d- *Lava sofá*
- e- *Joga-se búzios e faz amarração para o amor.*
- f- *Não usa mais saia (Galves,2001)*
- g- *Não tá mais contratando gente para trabalhar.*<sup>14</sup>

Em seu texto, eles discutem a “natureza sintático-semântica dessa construção”, para eles “nova”, abordando fatores que fizeram surgir essa estratégia de indeterminação no PB. Para eles, há três razões principais: (1) alegam uma mudança no

<sup>13</sup> Os exemplos em (i), correspondem aos exemplos de nº 5 do referidos autores.

<sup>14</sup> Os exemplos (ii) correspondem aos de nº 6 dos autores.

paradigma verbal do PB com a inserção e saída de alguns pronomes (você e a gente, e do vós, respectivamente); (2) demonstram outra mudança, relacionada à perda dos clíticos no PB. Para eles, a língua tem perdido seus clíticos sistematicamente. Há poucas situações em que os clíticos resistem e essas se comportam de maneira diferente do PE. Os exemplos deles são:

- 14 a- Vi-o no parque esta manhã. (PE)  
 Vi ele no parque esta manhã. (PB)  
 16 a- Eu a vi na rua ontem. ( PE, a refere-se a uma 3ª pessoa)  
 b- Eu a vi na rua ontem. (PB, a pode referir-se tanto à 2ª pessoa quanto à 3ª pessoa)

Porém, o que se observa mesmo no PB é a redução da ocorrência dos clíticos. Eles assim exemplificam esse fato:

- 17 a- Ele se chama José.  
 b- Ele chama José.  
 18 a- Ele não se arrepende ter feito a compra.  
 b- Ele não arrepende ter feito a compra.

E a razão (3), apontada pelos autores, é o que eles chamam de “perda da elasticidade” do PB quanto à disposição dos constituintes da oração. Segundo eles, parece haver uma “rigidificação” do padrão S-V-O (sujeito-verbo-objeto).

Quando falam da razão (1), associam-na a uma perda ou “enfraquecimento da concordância verbal na língua”. Isso porque os pronomes inseridos - *você* e *a gente* – são semanticamente de 2ª e 1ª pessoa, respectivamente. Porém, a concordância verbal para eles não corresponde à pessoa que representam: ambos os pronomes levam o verbo para a 3ª pessoa do singular. Com essa diminuição no paradigma verbal e essa amplitude de correspondência dos verbos em 3ª pessoa, torna-se difícil a distinção do referente do verbo. Para nós, isso seria até uma explicação para o que estamos investigando, ou seja, a necessidade da ocupação material do lugar do sujeito indeterminado.

Os pesquisadores concluem também que, devido à perda de concordância verbal muito comum no PB falado e em alguns casos no PB escrito, passou a existir uma identidade de construções que apresentam o sujeito indeterminado com o verbo na 3ª pessoa do singular + o *se* e as passivas sintéticas, quando não há concordância no plural.

- 20 a- Precisa-se de balconistas. (sujeito indeterminado)  
 b- Vendem-se casas. (passiva sintética)  
 c- Vende-se casas. (estrutura de indeterminação do sujeito)

Esse fato tem ficado cada vez mais frequente, sendo encontrado, inclusive, em revistas de ampla circulação nacional.. Não é um fenômeno restrito à língua falada, como podemos ver em

- (9) Pode-se imaginar os sentimentos de que um pai é tomado quando pela primeira vez se dá conta de que, com a bola nos pés, seu rebento é um prodígio. (*Veja*, 05/05/2010, p. 186)

Em casos diferentes dos citados acima, em que a estrutura pós-verbal está no singular, a ambiguidade se instaura, uma vez que é possível interpretar tanto como estrutura de sujeito indeterminado, ou como passiva.

- 21 a- Vende-se lindo carro.  
 b- Doa-se lindo casal de cachorro da raça pastor alemão.

A tendência é interpretar o pronome nulo na posição de sujeito, gerando a estrutura de indeterminação. Com a rigidificação da ordem SVO, o argumento pós-verbal tende a ser analisado como objeto pelos falantes. E, levando-se em conta o fato linguístico da perda dos clíticos no PB, a construção que aparece com o verbo na 3ª pessoa do singular sem o *se* também é percebida como de sujeito indeterminado e o argumento pós-verbal é analisado como objeto.

- 20 a' - Precisa de balconista.  
 c' - Vende casas.  
 21 a' - Vende lindo carro.

Um outro fator que corrobora essa interpretação, segundo Lunguinho e Medeiros Júnior (2009:10), é que não há a manifestação sintática de argumento cujo papel temático é Agente (muitas vezes associado ao que é o sujeito de uma oração: Agente da ação verbal). Tanto na construção indeterminada, como nas construções de passiva sintética, o Agente não se manifesta. Para eles então, tais mudanças foram os gatilhos que originaram essa “nova estrutura de indeterminação do sujeito – verbo na 3ª pessoa do singular sem o *se* – no PB.

Esses autores chamam as estruturas de interpretação indeterminada de ‘arbitrárias’, e assim o são porque não se pode definir ao certo a referência do pronome nulo (*pro*) na posição de sujeito. No entanto, pode-se dividir as sentenças que assim se apresentam em dois grupos:

- a) de interpretação genérica
  - a-1- Joga-se búzios e *faz* amarração para o amor.
  - a-2- (*pro*) não tá contratando gente ainda não.
  - a-3- (*pro*) não usa mais saia.
- b) De interpretação não-genérica ( leitura episódica)
  - b-1- (*pro*) montou o armário lá de casa semana passada.
  - b-2- (*pro*) telefonou aí da CEB para você.

Se a leitura para as sentenças não-genéricas é episódica, é porque elas trabalham com um operador temporal. Assim, notamos que elas se constroem com o verbo no pretérito perfeito, e as sentenças de interpretação genérica se apresentam com o verbo no presente. Como no PB, o presente é também usado com valor atemporal

na frase ‘não usa mais saia’, descreve-se uma situação em que é comum que as pessoas não mais usem saia. É a afirmação de VÁRIAS situações que se repetem e nas quais vários sujeitos diferentes não mais usam saia. Essa repetição da mesma situação/ação dá à sentença uma leitura genérica. Devido a isso, ela se torna a afirmação de uma situação que se tornou corrente, habitual. (Lunguinho e Medeiros Junior, 2009: 11)

Além do mais, essas construções genéricas parecem enfatizar o evento e não um agente determinado para ele (*Joga-se búzios e faz amarração para o amor*). Já as construções de leitura episódica, parecem requerer um agente, mesmo que pressuposto (*Telefonou aí da CEB para você*).

O que se tem sobre sujeito nulo no PB é que esse sujeito só é licenciado em contextos precisos: orações encaixadas. Em orações matrizes a tendência é a realização do sujeito.

(...) em orações matrizes, a presença do sujeito é necessária quando temos casos de interpretação determinada ao passo que a ausência do sujeito manifesto é necessária para a interpretação indeterminada, arbitrária. Nesse caso, poderíamos dizer que, frente à impossibilidade de a flexão verbal, dar pistas para encontramos o sujeito de uma sentença matriz, o português do Brasil apresenta uma especialização de estruturas para licenciar certas interpretações desses sujeitos:

- a) sujeito nulo matriz → estrutura de interpretação indeterminada, não-referencial
- b) sujeito não nulo matriz → estrutura de interpretação determinada, referencial. (Lunguinho e Medeiros Junior, 2009: 13)

Dessa forma, concluem os pesquisadores, o PB apresenta uma construção nova que se caracteriza por apresentar verbo na 3ª pessoa do singular sem o *se*.

O estabelecimento dessa nova estratégia de indeterminação foi analisado como sendo resultado de uma confluência de fatores como a alteração no Parâmetro do Sujeito Nulo devido à perda da concordância, a perda dos clíticos nessa língua e a rigidificação da ordem sujeito-verbo-objeto, associados a uma interpretação indeterminada para as estruturas com voz passiva sintética no português.

Constatamos que a composição da nova estrutura envolve um pro argumental com referência arbitrária cuja interpretação se mostra ora genérica com verbo no presente do indicativo, ora episódica com verbos no pretérito perfeito. (Lunguinho e Medeiros Junior, 2009: 14)<sup>15</sup>

Ainda por uma perspectiva gerativista, temos as pesquisas de Duarte (2003 e 2008) acerca do preenchimento do sujeito nulo no PB.

Duarte (2003) diz que o PB “apresenta índices de preenchimento do sujeito pronominal bem superiores aos apresentados pelas chamadas línguas românicas de sujeito nulo...” Para ela, o preenchimento é a estrutura preferida pelos falantes, tornando-se, o sujeito pleno, a “opção não marcada no PB.”

Na realidade, num sistema em que o número de flexões verbais se encontra reduzido (de seis para quatro e, mais frequentemente, três oposições), é compreensível que o licenciamento do sujeito nulo passe a depender das condições de referência, ou seja, quanto mais acessível o referente, mais facilmente se licencia e se identifica o sujeito nulo. E a presença de elementos à esquerda do sujeito pode dificultar essa acessibilidade ao referente presente no contexto precedente. Daí a realização fonológica do sujeito. (Duarte, 2003:7)

A autora observa também que “um condicionamento morfológico, selecionado sistematicamente apenas no estudo de tendência foi o tempo verbal, com pesos relativos muito próximos. O presente do indicativo favorece o preenchimento do sujeito”.

Nesse mesmo trabalho, afirma que há uma tendência à realização dos sujeitos de referência indeterminada com formas pronominais nominativas, preferencialmente

---

<sup>15</sup> Retomaremos essa discussão acerca da influência dos tempos verbais em nossa pesquisa no Cap. 3

plenas, em detrimento do uso do “se” indeterminado/apassivador no PB. Já apresentamos essa conclusão quando da referência ao trabalho de Lunguinho e Medeiros Júnior (2009). Ambos os trabalhos confirmam a preferência por formas nominativas de indeterminação preferencialmente preenchidas, com exceção da 3ª pessoa do plural que, em muitos casos, ainda aparece com o pronome nulo.

Duarte (2008) também trata dessa tendência de preenchimento dos sujeitos pronominais em sentenças finitas, tanto os de referência definida quanto os de referência arbitrária, que, para ela, atesta uma mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo.

A autora também, em consonância com autores já vistos anteriormente no nosso trabalho, diz que essa necessidade do falante em preencher a categoria vazia dos sujeitos, tanto os determinados, quanto os indeterminados, está relacionada a um enfraquecimento da concordância no PB. A fala apresenta uma ocorrência maior desse fenômeno em relação à escrita, o que

confirma o caráter conservador da escrita padrão brasileira, que espelha, pelo menos em termos quantitativos, a norma lusitana: preferência pelo sujeito nulo nas infinitivas, uso parcimonioso do *se*, utilizado como uma estratégia marginal, algumas vezes para garantir uma interpretação arbitrária do sujeito (Duarte, 2008: 24)

É na língua oral que se observa com frequência a escolha de um pronome (você, a gente) ou de uma expressão (o cara, o pessoal) para realizar foneticamente a posição de sujeito, já que o clítico *se* está em extinção na modalidade do PB.

Mas essa afirmação já merece ser repensada, haja vista os exemplos já apresentados por nós até agora (os de número 1 a 5), além de outros que aparecem adiante em nosso texto, e o de número (9) que comprovam a interessante observação de Duarte (2008:25):

Evidência de que essa nova gramática do PB requer um sujeito indeterminado expresso está no título da redação da prova do ENEM, apresentado em (36)  
(36) “O desafio de se conviver com a diferença”. (Título da redação do exame Nacional do Ensino Médio – 2007)

A conclusão a que a autora chega é a de que o uso de *se* deixa clara para o aluno a referência indeterminada do sujeito de ‘conviver’. Entretanto, num sistema de sujeito

nulo, uma possível ambiguidade se colocaria e ela já é, sem dúvida, a existência de uma estrutura que exige a realização fonética do sujeito.

Ao que nos parece, pela extensa revisão bibliográfica feita por nós ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, sejam elas nos moldes gerativistas, funcionalistas, de análise do discurso ou outras<sup>16</sup>, a maioria está de acordo com o fato de haver um novo padrão sentencial se instalando no PB: a implementação de formas nominativas na posição de sujeito indeterminado.

Ao concluir seu trabalho, Duarte (2008) afirma que

O PB, ao contrário do francês no passado(...) e do espanhol da república Dominicana no presente (...), não desenvolveu um expletivo lexical como esses dois sistemas ( il semble que, ello parece que...). E por que esse comportamento? A resposta estaria no fato de que as línguas com orientação para o discurso não têm elementos lexicais sem conteúdo semântico, como os expletivos lexicais (LI; THOMPSON, 1976). Daí o PB lançar mão de alçamento de constituintes referenciais para a posição disponível de sujeito nas construções com verbos impessoais... (Duarte, 2008: 26)

Para nós, essa conclusão é bastante importante, pois vem ao encontro do que acreditamos e afirmamos e do que constitui o âmago da nossa discussão na presente pesquisa: o enunciado se constitui do que nele está material e simbolicamente presente, além da convicção e certeza de que o sujeito é que instaura a sentença, quando arrebatando o verbo do seu estado de dicionário e o faz significar.

Castilho (2010) também se ocupou com termos de classificação problemática na GT e chega a propor um novo conceito para termos que, para ele, não são nem sujeitos e nem objetos diretos em sentenças como

- a) Tinha um gato perto dela.
- b) Ali havia uns eucaliptos sendo plantados lá, não?
- c) Existe muitos outros meios de transporte que não são explorados.

Tais sentenças apresentam verbos com um único argumento, e a resposta para a identificação desse argumento tem “oscilado em ver aí o sujeito ou o objeto da sentença.” Essa oscilação, segundo o autor, se deve ao fato de quem analisa tais sentenças usa como critério itens que são próprios às sentenças biargumentais, predominantes em nossa língua. Os verbos monoargumentais geram sentenças

---

<sup>16</sup> Muitas leituras e pesquisas lidas por nós não foram aqui citadas e/ou resenhadas em virtude da extensão e dos propósitos de nossa dissertação.

diferentes das dos verbos biargumentais, por isso elas devem ter um tratamento também diferenciado para a análise. Para tal

seria necessário postular uma nova função para os sintagmas nominais únicos, sensível à tipologia dos verbos com que eles aparecem. Nessa gramática, esses sintagmas serão considerados como absolutivos, ou seja, como argumento único dos verbos monoargumentais. (...) Postularei o absolutivo como o caso abstrato projetado pelos verbos monoargumentais apresentacionais. (Castilho, 2010:288)

Ao falar das propriedades discursivas e semânticas do absolutivo, o autor postula que “é graças a essa categoria gramatical que podemos representar em nossa língua os tópicos discursivos novos, que precisamos incluir na corrente da fala.” Mas foram suas afirmativas sobre o caráter semântico do absolutivo que chamaram nossa atenção.

o absolutivo tem o estatuto de identificável, quando preenchido por pronomes pessoais, ou não identificável, quando preenchido por substantivos. No caso do absolutivo nominal, esse traço recebe um tratamento dinâmico nos textos migrando de um polo para o outro. Esse tratamento pode ser assim esquematizado: em sua primeira menção, o tópico discursivo novo ainda não se integrou na memória de curto prazo, exibindo o traço semântico de /indefinitude, não-identificabilidade/. À medida que o respectivo referente vai sendo retomado, ele se fixa em nossa memória, passando a /definido, identificável/ independentemente de sua articulação por *um* ou *o*. (Castilho, 2010: 288-289)

Para nós, essa relação de retomada na memória quando da construção de um tópico discursivo novo se aproxima um pouco do que chamamos ‘acontecimento’<sup>17</sup> e que servirá de base para a proposta de análise que desenvolvemos na presente pesquisa.

Castilho (2010) ainda afirma que há um problema de fluidez na teoria gramatical acerca do sujeito, em virtude da abordagem multissistêmica da língua que trata com simplicidade uma categoria complexa, como o sujeito, devido à sua tríplice natureza: sujeito sintático, sujeito discursivo e sujeito semântico. Ao discorrer sobre as propriedades sintáticas do sujeito, apresenta cinco delas para a identificação do constituinte, a saber:

- (i) é expresso por um sintagma nominal. (*Luís descobriu a pólvora.*);
- (ii) figura tradicionalmente antes do verbo. (*Paulo comprou um carro novo.*);
- (iii) determina a concordância do verbo. (*As meninas adoraram o carro.*);

<sup>17</sup> Detalhamos esse conceito no Cap 2

- (iv) é pronominal por ele. (*Ele financiou boa parte do carro.*), e
- (v) pode ser elidido. (*Fiquei contente com a compra também.*).

Ao comentar a elisão, fala em “zero sintático”, em função “preenchida por uma categoria vazia, também denominada anáfora-zero”, pois crê que em nossa língua o silêncio também seja funcional. Por isso, o constituinte pode ser preenchido por um substantivo, um pronome, toda uma sentença substantiva e por uma categoria vazia.

Castilho (2010) também concorda que o PB esteja “ingressando numa tipologia de língua configuracional, ou seja, de ordem rígida” (SVO) e que também se inclua “entre as de parâmetro *pro-dop*. Diz ainda que a agentividade do sujeito favorece a elisão, enquanto a não-agentividade favorece a sua retenção. Isso está também diretamente ligado à questão da morfologia verbal. Sabe-se que o PB vem simplificando a sua morfologia verbal, com o “apagamento” de algumas formas verbais (2ª pessoa) e com a inclusão de outras (a gente/ você) – já mostrado por Duarte (2008) e por Lunguinho e Medeiros Junior (2009), resenhados anteriormente. Como se isso não bastasse, há ainda o fato de a concordância no PB não mais identificar o sujeito. Daí a necessidade cada vez mais crescente do preenchimento desse constituinte.<sup>18</sup>

Em se tratando das propriedades discursivas do sujeito, o autor afirma que o fato de os gramáticos tradicionais terem uma preferência por uma definição discursiva do sujeito é plenamente justificável, porque desse ponto de vista ele é o ponto de partida da predicação. Ele é o tema “sobre o qual se declara algo”. Assim, o sujeito é “aquilo que vem primeiro”. Por primeiro não entendemos ordem, sequência, posicionamento, mas a propriedade de possibilitar a instauração da sentença, ou seja, p.e., determinar a conjugação que o verbo vai receber. Dessa forma, o verbo não é o distribuidor dos constituintes de uma sentença; ele vai, inclusive, receber a sua forma na sentença em função do sujeito dela. Isso é o que entendemos por ‘vir primeiro’ e que está em perfeita consonância com o nosso princípio da anterioridade de predicação que será detalhado mais adiante no cap.2. Em função dessas propriedades discursivas, o falante sente necessidade de determinar aquilo que muitas vezes não está verbalizado. Isso levaria a modificar o conceito de determinação tal como definido. Aqui, novamente, percebemos

---

<sup>18</sup> Se assim é, estariam aqui algumas das razões que buscamos para explicar o preenchimento orgânico do sujeito indeterminado? A nossa análise pretende responder isso, no Cap.3.

uma aproximação com o nosso modo de entender esses conceitos e a necessidade de revê-los, conforme proposta de nossa pesquisa.

Em relação às propriedades semânticas do sujeito, tem-se

um sujeito/ referencial/ é aquele que destaca determinado referente dentre o conjunto dos referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal-sujeito.

Uma questão correlata a essa é a da definitude do sujeito. Tratando da definitude (DuBois,1980) argumenta que esse traço é identificável a partir da dinâmica do discurso. É /definido/ o referente que ocupa um papel de relevo no texto, seja uma personagem de narrativa, seja um objeto de importância na enunciação. Os referentes /-definido/, em suas palavras, são aqueles para os quais o ouvinte teve de “abrir um arquivo” em sua mente. Referentes não definidos não têm esse requisito, por passarem fugazmente no texto. (Castilho, 2010:297)

E ainda continua: “a propriedade semântica mais explorada na GT é a da indeterminação do sujeito”. Cita novamente DuBois(1980), que “ mostra que o traço de definitude é definido no texto, ou seja, nenhuma classe passível de figurar como sujeito será determinada ou indeterminada (...) as representações do sujeito indeterminado teriam de ser validadas no texto”. Dizendo isso, cita alguns exemplos de indeterminação do sujeito (um com a forma *you* em sentido genérico e não referente à 2ª pessoa do discurso, outro com o pronome *elles* nas mesmas circunstâncias do *you*, um outro com o pronome *se* acompanhado de um verbo transitivo direto, e por fim, um com o verbo na 3ª pessoa do plural), como se poderá observar abaixo.

Note que os autores (Castilho e DuBois) já consideram a construção verbo transitivo direto + *se* como construção de sujeito indeterminado e não de passiva sintética como prevê a GT. Citam, como comprovação disso, o exemplo *Falou-se muito numa solução para o caso* (Castilho, 2010-298). Também já tratam, como construção de sujeito indeterminado, sentenças que possuem o referido constituinte materialmente expresso:

b) Depois da crise econômica, **eles** deram de dizer que as centrais de atendimento não podem passar de um minuto para te atender. (eles = autoridades não identificadas no contexto)

c) Normalmente, quando **you** não sabe o que fazer, é melhor não fazer nada. (no contexto, esse *you* não remete à P2). (Castilho, 2010 - 298)

E para por aí. Não há nenhuma discussão outra sobre o fenômeno. E é desse ponto que pretendemos continuar e contribuir um pouco mais com os estudos linguísticos atuais acerca desse tema, através, inclusive, de um *continuum* por nós proposto no Cap. 3, no sentido de minimizar as confusões sobre o que seja (in) determinado e (in) definido.

Antes, porém, vejamos mais alguns conceitos de indeterminação e a visão dela para algumas correntes linguísticas, para que possamos começar a traçar um parâmetro que possibilite a comparação e a proposição da nossa análise como explicativa para esse fenômeno no PB.

## 2.2 Conceitos de indeterminação

Anteriormente já falamos sobre como a definição de sujeito indeterminado é problemática, visto que há muitas deficiências, equívocos e contradições quando esse conceito é apresentado. Para tal, fizemos referência aos trabalhos de muitos linguistas e estudiosos sobre o tema. Antes de apresentarmos também a nossa perspectiva de análise e de como entendemos a indeterminação, gostaríamos apenas de observar mais alguns itens relativos a isso, coletados em livros didáticos e em algumas gramáticas escolares, além de algumas observações sobre análises feitas à luz de outras teorias que não a nossa e, em seguida, guiados pela perspectiva da Teoria da Enunciação, conduziremos nossa análise acerca do que propomos seja considerado indeterminação.

Durante o levantamento de dados sobre os conceitos de indeterminação do sujeito em algumas gramáticas escolares e livros didáticos, alguns chamaram nossa atenção, já que os autores fazem algumas ‘observações’ ao perceberem que as explicações dadas não eram satisfatórias. O primeiro foi o tópico sobre esse tema feito por Sacconi (2006: 245)

Convém lembrar que fazer análise sintática significa analisar todos os **elementos estruturais** da oração, em relação aos demais. O problema da identidade do agente pertence muito mais ao terreno da lógica que ao da sintaxe. Caso contrário, teríamos de ver como indeterminado o sujeito desta oração: **Um mascarado** roubou o banco.

Parece-nos que o autor percebe a inconsistência da definição dada por ele, pois sente que há outros elementos em uma oração que não os estruturais somente.

Um outro, foi o de Bechara (2006: 21), no qual ele já previne o leitor para que este não confunda algumas “construções especiais” com “orações ditas de sujeito indeterminado”.

**Alguém** veio à minha procura.

**Todos** são meus desconhecidos.

Nem sempre **a gente** é compreendido.

Aproximando-se dessas orações de sujeito explícito por pronomes ou outras expressões indefinidas, mas delas sintaticamente diferentes, estão as orações ditas de sujeito indeterminado. Estas não apresentam nenhuma unidade linguística para ocupar a casa ou função de sujeito; há uma referência a sujeito, no conteúdo predicativo, só de maneira indeterminada, imprecisa:

Estão batendo à porta.

Precisa-se de empregados.

Só raramente se assiste a bons filmes.

Veja que o autor percebe uma outra natureza para as orações que não a sintática. E por causa dela julga que é possível confundir a classificação dos sujeitos nas orações. Terra & Nicola (2004:266) também chamam a atenção para a possibilidade dessa confusão na classificação, mas não justificam nada. Apenas apresentam os exemplos.

No entanto, o caso que mais chamou nossa atenção foi o de Faraco & Moura (1999:402). A definição de sujeito indeterminado, essencialmente, é a mesma de outros autores: “*Aquele que, embora existindo, não se pode determinar nem pelo contexto nem pela terminação do verbo.*” A diferença na análise deles é quanto à ocorrência desse tipo de sujeito:

Ocorre em três casos:

a) Com verbo na 3ª pessoa do plural:

**Alteraram** nosso ritmo de vida.

b) Com verbo intransitivo, transitivo indireto ou de ligação na 3ª pessoa do singular seguido do pronome **se**:

**Vive-se** mal nesta região. (v. intransitivo)

**Gosta-se** de imitações no Brasil. (v. transitivo indireto)

No vestibular, sempre **se fica** ansioso. (v. de ligação)

c) Quando o núcleo do sujeito é um pronome substantivo indefinido:

**Ninguém** se manifestou a respeito da eleição.

**Observação** – Este caso não é aceito por todos os gramáticos. Alguns o consideram sujeito simples, pois existe na frase palavra com função de sujeito.

Aqui, os autores já admitem como indeterminado o sujeito explícito na frase, mas que não se pode determinar. Parece que os autores já consideram uma outra instância usada como critério para a classificação dos tipos de sujeito que não a

instância material somente. Assim, esses autores e nós cremos que essa análise dos tipos de sujeito, não pode ser feita apenas com base nos dados explicitados na oração (dimensão material). Há outra dimensão (a qual nós chamamos de dimensão do enunciável) que concorre para a construção dos conceitos e análise da configuração dos enunciados linguísticos.

## 2.3 Indeterminação : significação e discurso

### I) Em busca do significado

Fomos ao dicionário buscar os conceitos de indeterminar (indeterminado, indeterminação) bem como de especificar (-ção, -ado) e de definir (-ção, -ido). Fizemos isso, pois pretendemos estabelecer um *continuum* entre essas definições e o conceito do sujeito que ora analisamos.

Mini Dicionário Aurélio eletrônico<sup>19</sup>.

#### **in.de.ter.mi.na.do**

Adjetivo.

1. Não determinado quanto à origem, natureza, composição, etc.; indefinido.
2. Incapaz de se decidir; indeciso, irresoluto.
3. Mat. Diz-se de equação com infinitas soluções.

#### **in.de.ter.mi.na.ção**

Substantivo feminino.

1. Ausência ou falta de determinação.
2. Filos. Caráter de fenômeno que não é regularmente condicionado por outros. [Pl.: -ções.]

#### **es.pe.ci.fi.car**

Verbo transitivo direto.

1. Indicar a espécie de.
2. Explicar minuciosamente. [C.: 1ª]

#### **de.fi.nir**

Verbo transitivo direto.

1. Determinar a extensão ou os limites de.
2. Explicar o significado de.
3. Fixar, estabelecer.

Verbo pronominal.

4. Dizer o que pensa a respeito de algo.

---

<sup>19</sup> Acesso em 21/01/2010

## 5. Decidir-se. [C.: 3]

**de.fi.ni.do**

Adjetivo.

Determinado com exatidão.

Dicionário Escolar da Língua Portuguesa – FAE

**Indeterminar**, v. t. Indefinir

**Indeterminado**, adj. Incerto, vago, dúbio, ambíguo, indefinido, irresoluto; (Mat) diz-se de um sistema de equações em que uma ou mais incógnitas podem ser escolhidas arbitrariamente, ficando as outras em função destes valores arbitrários.

**Indeterminação**, s. f. Indecisão; perplexidade; hesitação; irresolução

**Indefinido**, adj. Incerto; vago; genérico.

**Definido**, s. m. determinado; fixo.

**Definir**, v. t. dar a definição de; decidir; fixar; marcar; expor com precisão; explicar; esclarecer.

**Especificar**, v. t. Indicar a espécie de; explicar miudamente; apontar individualmente; especializar.

**Especificação**, s. f. Ato ou efeito de especificar, classificar, pormenorizar.

**Especificado**, adj. Pormenorizado individualizado

Conforme se pode ver, os dicionários citados levam os conceitos de *indeterminado* e de *indefinido* para a esfera da ausência, da falta, da negação. Esses termos (verbetes) foram explicitados em oposição àquilo que deveriam designar. P.e., indeterminado = não determinado (...), incapaz de decidir (...); indeterminação= ausência ou falta de determinação (...). Portanto, há um modo de perceber a indeterminação como algo que não está presente. No entanto, parece-nos que não há negação da existência desse algo. Ele existe: apenas está faltando, está ausente.

Outro aspecto que tomou nossa atenção na análise do conceito de ‘indeterminado’ é que ele nos chama para os conceitos de ‘definido’ e ‘especificado’. Verificando nos dicionários esses conceitos, observamos que a explicitação de um, chama pelo outro e vice-versa. Isso não nos confortou, mas instigou-nos ainda mais a estabelecer um paralelo, uma correlação entre esses conceitos. O que nos pareceu mais lógico, então, foi traçar um *continuum* através do qual acreditamos conseguir perceber

melhor a dimensão de cada conceito. Dessa forma, tentaremos chegar a uma explicação mais adequada do sujeito projetado lexicalmente, mas não expresso materialmente na sentença e, a partir daí então, explicar o fenômeno inverso que temos presenciado com frequência no PB e que se constitui o objeto do nosso estudo.

## II) Em direção a uma abordagem semântica

Pesquisas e estudos em diversas áreas da Linguística vêm chamando a atenção para vários processos de variação e mudança por que tem passado o PB, comparativamente ou não ao PE. Um ponto em que parece haver consenso em diversas áreas é a mudança na forma de apresentação do sujeito indeterminado. Oliveira (2006:30), em seus estudos e observando vários trabalhos, chega à conclusão de que os exemplos coletados e analisados “permitem constatar que a indeterminação do sujeito em PB é também influenciada pela tendência da perda de propriedades de uma língua de sujeito nulo.” Dessa forma, o PB estaria se aproximando de línguas tais como o inglês e o francês, que obrigatoriamente preenchem formalmente o lugar de sujeito. Uma das razões que a autora aponta para justificar tal afirmação é

uma reorganização no sistema pronominal no PB. Dentre estas modificações está o enfraquecimento do emprego do tu e vós que desencadeou a entrada de novas formas no quadro pronominal, como você e vocês (substituindo tu e vós) e a gente (equivalente a nós). Em decorrência do aparecimento dessas novas formas, houve uma redução nas desinências verbais que, na maioria das vezes, estando na 3ª pessoa, não permitiam tão claramente a identificação das pessoas, fazendo necessária a sua explicitação por meio da representação plena de tais formas. Considera-se esta crescente representação plena como um sinal de que o PB estaria deixando de ser uma língua que possui o Parâmetro do Sujeito Nulo. (Oliveira, 2006:35-36)

Seguindo suas análises e considerações, Oliveira observa o emprego das formas eleitas para o trabalho dela (“nós”, “a gente” e o clítico “se”) e afirma que elas, “ao longo das atividades discursivas, alteram seus referentes, mudam de “cor” (...) ajustando-se ao ambiente discursivo (...) e somente o léxico não basta [para interpretar seus referentes], sendo necessário para isto interpretar variantes no campo discursivo, e é também imprescindível que olhemos para fatores estruturais e não-estruturais”.

(I) Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo que aconteceu.

(II) **Nós** falamos gíria, coisa que não tem nada a ver com aquilo que se é.

(III) Quando **a gente** chegou aqui, - **éramos** os alegres brasileiros.

(IV) Quantos edifícios mais precisam cair para **a gente conhecer** os outros Sérgio Nayas da Câmara?

(V) Aluga-**se** casas.<sup>20</sup>

(VI) É impossível **se** achar lugar aqui.<sup>21</sup>

É exatamente a partir dessa afirmação da autora que encontramos um dos respaldos para nossa forma de olhar as razões da ocupação do lugar do sujeito indeterminado e as situações enunciativas propícias para essa ocorrência cada vez mais recorrente no PB.

Continuamos a analisar o trabalho de Oliveira(2006) que trata do “nós”, do “a gente” e do clítico “se” como estratégias de indeterminação no Português. Algumas afirmações feitas pela autora, e que nos interessam bastante, foram baseadas em análises amplas e dados colhidos, inclusive de outros estudos de várias correntes teóricas na linguística moderna, sobre as estratégias de indeterminação do sujeito.

Uma primeira observação que muito nos interessa é a de que foi possível verificar que “o sujeito é classificado como indeterminado em oposição a um sujeito determinado, claro e oculto (...)” (Oliveira 2006:15). Essa constatação vem ao encontro do que pensamos sobre o conceito de indeterminação proposto, não só pela GT como também por muitos linguistas modernos.

Mais adiante detalharemos nossa posição a esse respeito. Antes disso, retomemos Moreira (2005), no momento em que ele também discute as formas de representação da indeterminação em estruturas sintáticas do PB.

Para Moreira (2005:20) “a indeterminação é um fenômeno complexo (...) com uma “gama variada de possibilidade de interpretações semânticas”. Uma delas é que

a indeterminação, no caso, é agenciada pelas condições de uso da forma pronominal, que permitem uma interpretação corporativa do agente da frase. (Nota: chamo referência corporativa à referência a um

<sup>20</sup> Segundo a autora, a não consideração de estruturas desse tipo como sendo de sujeito indeterminado, deve-se apenas à “renitência da gramática tradicional”, ocasionando, por isso, até situações de hipercorreção como em (35) *Tratam-se desses assuntos.*” (Oliveira 2006: 57)

<sup>21</sup> Os exemplos de (I) a (VI) são respectivamente os de número (25), (27), (28), (29), (33) e (39) citados por Oliveira (2006)

membro não especificado de uma corporação (mais ou menos) especificado. Assim, em *Aqui no Brasil* você não consegue dormir sossegado [exemplo 18], o elemento *você* se refer à corporação dos habitantes do Brasil, mas dentro dela é não especificado.” (Moreira,2005:28)

Outra possibilidade de interpretação semântica é aquela dada devido “ao caráter sentencioso, portanto universalizante, que se deve atribuir à afirmativa.” Como exemplo cita “[11] ... *quando a gente era solteiro, a gente fazia tudo junto. Quando a gente é solteiro, tudo fica mais fácil...*” em que a primeira expressão *a gente* tem referente ancorado no texto, mas a segunda expressão tem como tradução “qualquer um” ou “quando se é solteiro”. Mais à frente, afirma

...os diversos fenômenos que se relacionam com a indeterminação do agente não mereceram nem dos gramáticos tradicionais nem dos linguistas modernos um tratamento compatível com seu grau de complexidade e com sua riqueza semântica. (Moreira, 2005:31)

Em função disso, Moreira (2005:32) apresenta o que ele chamou de “diferentes graus de abrangência dos elementos indeterminados ou da natureza da indeterminação, no que se refere às possibilidades de quantificação e identificação dos agentes potencialmente indeterminados.” Dessa forma, fala em

- (1) “indeterminação generalizadora dependente do contexto” (*Aqui no Brasil, você não consegue dormir sossegado*);
- (2) “indeterminação generalizadora e contrafactualidade (evasão da “realidade fática” e criação de um “mundo com hipóteses ou axiomas ou narrativas imaginárias ou formulação de truísmos, em que o enunciador se compromete com a criação de uma realidade virtual aplicável a um grupo.” (Moreira, 2005:46);
- (3) “indeterminação como propriedade da estrutura” (*Produz-se um bom queijo na região do Serro.*);
- (4) “indeterminação inerente à estrutura ergativa” (*O vaso quebrou*) em que “a responsabilidade pela ação verbal parece ser atribuída a um fenômeno físico, espontâneo, natural, que acontece sem a interveniência de um agente.”

Moreira (2005:52) fala em “indutores da indeterminação”, já que, segundo ele, nas sentenças há “componentes que induzem à interpretação de que o agente seja indeterminado.” Ele cita doze “recursos indutores da indeterminação generalizadora”

que são basicamente a presença de conjunções, orações reduzidas e circunstâncias adverbiais. A partir daí, ele associa “as condições de manifestação e gradação da indeterminação do agente”. Nesse ponto, o autor passa a trabalhar “com o foco no agente, de forma que se possa vislumbrar uma perspectiva do que estamos chamando de gradação da indeterminação, bem como os recursos formais utilizados em cada situação.” (Moreira, 2005:59). Ele parte do sujeito determinado (*Eu ferveo o leite./ Mãe, você ferveu o leite.*), passando por indeterminação através do sintagma nu (*Menino ferve o leite antes de beber.*), indeterminação por pronome indefinido (*Alguns meninos fervem o leite antes de beber*), por sintagmas nominais e pronomes pessoais (*O pessoal ferve o leite para não ficar doente./ Nesse país é assim, mesmo se você ferver o leite, não fica sossegado.*), por frases sentenciosas (*Se você ler um livro de literatura, do tipo Lucíola, ou se você ler um gibi, então você tá exercitando, você tá aprendendo, você está evoluindo em sua leitura, entendeu?...*), pela anáfora pragmaticamente controlada (*Na Inglaterra, se você atravessa um sinal vermelho, você recebe uma multa*), pela referência a um agente humano (*Este botão você aperta para direção, aqui neste botão você sobe ou desce de acordo com as necessidades...*), indeterminação pelo aspecto verbal e cita formas com o gerúndio, o “imperfeito do subjuntivo, o presente durativo (estar mais gerúndio), presente do indicativo ou do subjuntivo e infinitivo” como formas para tal, mas não cita exemplos. Segue com a indeterminação com o “a gente” (*...na Inglaterra: lá se a gente atravessa o sinal vermelho, a gente recebe uma multa...*), com a indeterminação com o pronome “se” (*De acordo com a recomendação, ferve-se o leite antes de fazer a massa do bolo.*), com estruturas passivas (*O leite que está na mesa foi fervido hoje de manhã.*), com verbo na 3ª pessoa do plural sem referente anafórico (*Ferveram o leite todo que estava na geladeira.*), com o verbo no infinitivo impessoal (*Ferver o leite é importante.*) e chega ao que ele considera como a construção mais indeterminada que é a construção ergativa. (*O leite ferveu.*)

Após a análise dos dados, Moreira (2005) expõe as suas constatações considerando que o fenômeno da indeterminação em português relaciona-se com a diversidade formal e semântica das sentenças e que são indeterminadas “as formas de referenciação em que o agente não pode ser individualizado” mostradas por ele através das “alternativas de indeterminação gradativa” dependente de variáveis listadas por ele. Conclui dizendo que a sua

abordagem, essencialmente descritiva e especulativa, pretendeu organizar as diferentes manifestações de indeterminação do agente sob duas perspectivas – a semântica e a morfossintática – embora elas sejam imbricadas e só possam ser analisadas à luz da pragmática, considerando-se o contexto da utilização da estrutura. (Moreira, 2005:110)

O trabalho de Moreira (2005), bastante esclarecedor em relação às circunstâncias em que o fenômeno da indeterminação se manifesta no PB, pelo seu caráter descritivista como mesmo afirma o autor, ainda não nos ajudou a responder satisfatoriamente as indagações feitas por nós e nem a chegar a um conceito mais preciso e esclarecedor do que seja o sujeito indeterminado no PB. Por isso, continuamos nossas investigações.

### **III) Indeterminação e discurso**

Orlandi, Guimarães e Tarallo (1989), ao fazerem um estudo cujo objetivo era “estudar, através da linguagem, o contato entre segmentos culturais diversos e suas consequências de diferentes ordens”, buscaram a caracterização do “funcionamento discursivo”. Para os autores

todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior e aponta para outro (que é o seu “futuro”). Não nos esqueçamos: o que existe não é um discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. (p.32)

Orlandi, Guimarães e Tarallo (1989) dividiram seu trabalho, buscando uma convergência, em três quadros teóricos: o da teoria da enunciação, o da sociolinguística e o da AD. Através da teoria da enunciação buscaram explicação para “certos procedimentos linguísticos ligados à indeterminação”. Para os linguistas, “o estudo enunciativo das formas de indeterminação está ligado à análise do modo de representação do sujeito no discurso”. A finalidade do estudo deles seria obter “elementos para indicar especificidades do discurso rural e urbano em situação de contato.” Pela perspectiva da semântica da enunciação,

O sentido de um enunciado é a representação de sua enunciação incluindo, necessariamente, uma representação das posições do sujeito da enunciação do enunciado. (p.35-36)

A seguir, eles fazem uma distinção dos “personagens” na cena enunciativa em Locutor-L, aquele que se representa como fonte do dizer e o Locutor-Lp, que é o locutor-enquanto-pessoa-no-mundo. Esses papéis podem ou não ser coincidentes.

Ao demonstrarem as formas de indeterminação do sujeito nos enunciados, Orlandi, Guimarães e Tarallo (1989) apresentam as seguintes possibilidades: as formas *eu, nós, você, a gente, -m(3ª p. pl.)* e o *-se*. Com os exemplos dados, levantam a seguinte hipótese:

A indeterminação que se dá com o *eu, nós, você, ou a gente* leva-nos a considerar no sentido destes recortes algo que não é nem a constituição ou referência ao locutor – caso do *eu* e do *nós*; nem constituição ou referência ao alocutário – caso do *você*; nem uma indeterminação do sujeito da frase com *-m* ou *-se* – caso do *a gente*. Este aspecto do sentido parece dizer respeito ao modo de representação do sujeito da enunciação. (p.51)

E ainda afirmam;

O uso indeterminador destas formas são modos de representar a relação do sujeito da enunciação com o que enuncia, e com aqueles para quem enuncia o que enuncia. Ressaltamos que a noção de uso deve ser remetida ao *locutor*, enquanto figura do discurso, e não ao *falante*. (p.54)

Convém lembrar, segundo os autores, que “estas indeterminações configuram-se representações diferentes do sujeito da enunciação”. Ainda ressaltam que “a constituição do sujeito no discurso se dá na medida em que o locutor recorta o mundo e se representa como sujeito nesse recorte.” Dessa forma, dizem:

Talvez, de um modo condensado, pudéssemos fazer a hipótese de que com a indeterminação com *eu, você, nós, a gente*, e de modos diferentes, o lugar de onde se dá a enunciação inclui o *agente*. De algum modo se fala a partir de um lugar de onde se faz algo. No caso do *-m* e do *-se*, isto não se dá; fala-se de um lugar de onde se exclui L e com mais razão Lp e seus correlatos. (p.58)

Os autores seguem analisando situações em que os elementos indeterminadores aparecem e chegam a algumas conclusões em relação ao funcionamento desses indeterminadores. Em se tratando do *nós*, ele aparece mais ligado à constituição do discurso, quando este representa um enunciador universal.<sup>22</sup> Quanto ao *a gente*, aparece “como um modo de o locutor se descentrar, se dissimular. É uma forma correlata do

<sup>22</sup> Enunciador universal é o ponto de vista tomado como se o enunciado falasse por si mesmo, ou seja, é aquele característico do discurso científico ou filosófico que apresenta as verdades desses discursos.

*you* como indeterminador.” O *you* provoca um descentramento do sujeito para a posição de seu interlocutor, e aparece com mais frequência quando já há um grau de conhecimento, de intimidade entre os interlocutores. Outro aspecto interessante observado pelos autores é que em diversas situações o uso de indeterminadores, ao representar o enunciador universal por meio de verdades, é um mecanismo de ocultamento do agente, do responsável pelos fatos apresentados. Concluindo, eles dizem que “não há formas exclusivas para cada tipo de discurso”. As formas de indeterminação variam em função do que e do como se pretende indeterminar. Eles falam em um *continuum* de “diferenças entre os diversos tipos de discurso.” Isso produz eco em relação ao que pensamos sobre os graus ou níveis de indeterminação e que apresentaremos no Cap. 3.

### 3. CAPÍTULO 2

#### 3.1 Fundamentação Teórica

O conceito de enunciação pode ser analisado através de um percurso desde Ducrot (1987), passando por Benveniste (1989), Achard (1999) até Ducrot e Carel (2002).<sup>23</sup> No Brasil, Guimarães (2005) também se ocupa com os estudos relativos à enunciação. Como se pode perceber, a enunciação vem sendo estudada há muito e é a partir desses estudos que tomamos a teoria que serviu como sustentação para essa pesquisa, ou seja, os estudos atuais sobre enunciação e sintaxe. Porém, nem todos eles consideram o funcionamento da língua na relação indissociável com o campo da enunciação. Segundo (Dias, 2009:10), Guimarães

aborda a enunciação como acontecimento e agrega especificidades ao tema da relação entre a instância do ‘já-enunciado’ e a atualidade da enunciação(...). O enunciado tem como suporte um dizível historicamente constituído. A tese da constituição histórica do dizível advém da Análise do Discurso, que usa o termo interdiscurso para designar justamente a relação entre discursos orientados e particularizados pela história (...). A enunciação, dessa maneira, se define para Guimarães como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. Ela é assim um acontecimento de linguagem, configurado pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua.

O acontecimento já é abordado em Ducrot (2002) quando ele estabelece

a concepção de enunciação como um acontecimento histórico, uma vez que as instruções de referência, ao encontrarem adesão adequada na atualidade da situação de enunciação, ‘saturam’ aquilo que estava na instância da frase como uma demanda de referência. Não sendo as situações de enunciações transferíveis para outros enunciados, cada vez que à frase em pauta se agregam situações de enunciação diversas, produzem-se saturações com outros referentes. Daí a concepção de Ducrot sobre o caráter único e irrepitível do acontecimento enunciativo, justamente porque ele adquire identidade específica na sua atualização ( Dias, 2009:8).

---

<sup>23</sup>A despeito das datas das publicações (que mostram a data das traduções brasileiras), vale ressaltar que Benveniste é que primeiro se manifestou a respeito desse conceito.

Essa percepção com a qual nos alinhamos, então, entende que “para que as formas linguísticas possam dar suporte à significação, elas devem confrontar-se com a memória discursiva e o presente do acontecimento” (Dias, 2009). Essa dupla instanciação (passado e presente) é que permite à língua estar em “latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar”(Dias, 2009). E a regularidade das formas linguísticas se configura pela exposição da língua a um campo do dizível, pois elas são o que se tornaram devido à história de suas enunciações (memória).

Segundo Sousa Dias (1995), Deleuze, ao falar de acontecimento, em consonância com Foucault, faz uma “despromoção da ontologia” ou seja, busca retirar o Ser da noção de essência. Para Deleuze, o que as coisas são, não é necessariamente o que foram e nem o que serão. Nas palavras de Foucault “as coisas são onde elas estão”. Todo dizer se relaciona com um passado e com um futuro. O dizer não é inaugural. Há uma memória de dizeres e um histórico de enunciações que possibilitam a atualização de um enunciado, não pelo que ele já foi, mas pelo que ele é, em função do onde ele está e, por sua vez, essa atualização do enunciado, depois de proferida, tornar-se-á uma virtualidade em latência para novamente ser alçada pelo sujeito em um novo acontecimento. Dias<sup>24</sup>, em uma reflexão sobre acontecimento, diz que o que captamos pelo olhar não é a captação das coisas; é, na verdade, uma instituição de sentido. As coisas em si mesmas são ininteligíveis, se não houver nelas o virtual. De uma realidade objetiva faz parte o virtual. Um carro atropela uma pessoa; um meteoro cai na Terra; um gato dorme sob a mesa – tudo isso permaneceria ininteligível se não houvesse o virtual inscrito nessa realidade objetiva. O ato de dizer as coisas é um exercício de formulações do que, pela história de enunciações, se constitui memória e virtualidade à espera do acontecimento para atualização em um “estar” e não em um “ser” – usando dos conceitos propostos por Foucault.

Nos dizeres de Dalmascio (2010)

o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e linear, e sim como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido. Dito de outra forma, o acontecimento faz surgir o novo, traz dentro de si uma atualidade porque ele interfere no estado de mundo, com repercussões de maior ou

---

<sup>24</sup> Reflexão feita na reunião do Grupo de Estudos da Enunciação em 25/03/08, na UFMG.

menor magnitude. Entretanto, para que ele realize essa interferência é preciso que se constitua, também, de uma carga de dizer já marcada anteriormente.” (Dalmaschio, 2010: 3)

Daí, a dupla instanciação do acontecimento: ao mesmo tempo em que ele chama, que se vincula a um passado, ele também projeta, possibilita, abre caminho para um porvir, a partir de um enunciado presente. Vejamos isso no enunciado

(10) Sou divorciada.

Ele só adquire pertinência e sentido porque outros enunciados o precederam

(11) As pessoas se casam e podem, depois, se divorciarem.

(12) O divórcio não é aceito pela Igreja Católica.

Ao mesmo tempo, (10) também possibilita a atualização de enunciados por meio do acontecimento futuro:

(13) Mudei de Igreja.

(14) Divorciados podem se casar de novo somente no Civil.

(15) Embora Católica, vou me casar na Igreja Adventista.

Para explicar melhor os conceitos e posicionamentos vistos acima, achamos pertinente especificar melhor o que, para Deleuze, seja memória, possível, virtual e atual. É a partir desses conceitos que nos aliamos à tese apresentada por Dias (2009), segundo a qual a “constituição do Grupo Nominal (GN) sujeito é determinada por condições relativas à dupla instanciação do acontecimento enunciativo. Do ponto de vista da atribuição do lugar sintático, o GN-sujeito é o lugar que, afetado pelo cruzamento entre o virtual e o atual, aciona o verbo, isto é, arrebatando o verbo da sua condição de infinitivo.” Essa constituição do lugar é anterior à predicação.

Para Deleuze, nos dizeres de Sousa Dias (1995), o virtual, não é como se pode pensar, oposição ao real. Ao real se opõe o possível – aquilo que se pode realizar, ou seja, adquirir uma realidade que por si mesmo não tem. Já o virtual opõe-se ao atual, porque o virtual não carece de realidade; pelo contrário, o virtual é plenamente real e “representa a dimensão ideal da objetividade, o plano imanente de toda a realidade

objetiva, pressuposto por esta, ou sem o qual esta, ou toda a criatividade real, permanece ininteligível” (Sousa Dias, 1995:90). A cada atualização (saída da condição de virtual) instaura-se também a diferenciação; não é uma simples repetição do virtual na atualidade. O virtual é amplo, múltiplo, e atualizá-lo é criar linhas divergentes para essa multiplicidade. A semântica da enunciação com a qual trabalhamos concebe o enunciado sintático como uma atualização de um virtual a partir de um acontecimento suscitado pelo presente do enunciar.

Essa nossa perspectiva considera a relação intrínseca entre o material (orgânico) e o simbólico (fatores de ordem enunciativa). Pensamos a “sintaxe na medida em que a ocupação dos lugares sintáticos, que compõem a estrutura linguística dos enunciados, é determinada, em parte, por fatores de ordem enunciativa. Em outras palavras, a ocupação desses lugares é perpassada por uma memória histórico-social de sentidos, sendo a enunciação uma exterioridade constitutiva do fato sintático.” (Lacerda, 2009). Com esse pensamento, Dias (2002) analisa as concepções de sujeito nas abordagens gramaticais do Português. Segundo ele, as bases de sustentação do fato gramatical se assentam em três condições (suportes): *atributivas*, *distributivas* e *operativas*. A maneira como se aborda o fato gramatical, a partir de qual suporte (ou junção deles), é que define o tipo (perfil) de gramática.<sup>25</sup>

Pela perspectiva da Enunciação, a partir da ideia de demanda de saturação, rediscute-se o conceito de lugar do sujeito – suporte *atributivo* – que passará a ser visto não como da natureza argumental do verbo, mas como algo relativo à enunciação: o lugar é o ponto de convergência de uma demanda de saturação, e assim, é o sujeito que aciona (retira do “estado de dicionário”) o verbo. A conjugação verbal (ou não) é uma das possibilidades de acionamento do verbo pelo sujeito. É o sujeito que definirá essa conjugação e é a natureza dele (sujeito) que determinará a tipologia e a ocupação material ou não desse lugar.

Por demanda de saturação, entendemos um ajustamento das duas dimensões da sentença (a material e a simbólica). Para que uma sentença produza sentido é preciso que seus constituintes estejam articulados, afim de que possamos compreendê-la. Para isso, não é necessário que todos esses constituintes estejam presentes na sentença. Ao dizermos *Ficamos assustadas* é possível identificar, via elementos presentes na sentença – nesse caso a flexão verbal – que eu e mais alguém tivemos uma reação frente a

---

<sup>25</sup> Dias(2002), Pereira(2008), Dalmaschio(2008) detalham com eficácia os três tipos de suporte.

alguma coisa. Os lugares de sujeito e de complemento do nome *assustados* podem ser preenchidos no nível que não o da sentença, mas no do virtual. Lacerda (2009:62) diz que o aspecto da demanda de saturação que diz respeito à completude interna das sentenças aplica-se sobre a interface entre as dimensões material e simbólica da língua em favor de uma completude no âmbito da sentença. A demanda de saturação não se presta somente a preencher as faltas, mas também a controlar o excesso de significações passíveis para uma sentença, p.e., quando ela apresenta ambiguidade (*Durante o noivado, Joana pediu que Eduardo se casasse com ela várias vezes./ Para não ser atacado, o cão teve que ficar preso.*), ou quando se trabalha com um discurso em que se deseja estabelecer essa múltipla possibilidade de ocupação dos lugares não ocupados materialmente na sentença.

Dias (2002) propõe refletir sobre os fundamentos do lugar do sujeito com base numa teoria da enunciação, observando as condições de materialização lexical desse lugar. Segundo as configurações enunciativas de constituição do ponto de convergência propostas por Dias, temos, quatro tipos de sujeitos:

1- Sujeito Base – no sintagma nominal que tem como núcleo o substantivo, este se caracteriza por ser um ponto de apoio, de estabilidade, na demanda de saturação. O sujeito está aglutinado na instância do verbo. A ocupação desse lugar do sujeito se dá em situações em que esse lugar tem relação com características semânticas específicas do verbo, como, por exemplo, em *Choveu granizo ontem*. Já em casos como *Faz muito calor aqui*, o verbo indica tempo e as condições de definitude do sintagma fazem com que o sujeito seja uma especificação do verbo. É a necessidade de especificação do verbo que o faz ser acionado, constituindo-se aí o lugar do sujeito gramatical. O sujeito aciona o verbo quando se produz uma *base* de definitude internamente à sentença. Com relação às condições de materialização lexical do lugar do sujeito, quanto mais condensado o núcleo, menor a possibilidade de materialização. Isso leva a sentenças cuja condensação é extrema.

(16) Choveu ontem.

(17) Ventou muito na semana passada.

Nesses casos, temos um lugar de sujeito que se caracteriza pela previsibilidade quanto às condições de definitude. Também há uma condensação das possibilidades de definitude. Especificamente, há

um lugar que se constitui por ter um núcleo repetitivo e cristalizado em outras instâncias de enunciação. Por isso, o lugar do sujeito não é materializado lexicalmente. O grau de independência do sintagma na composição orgânica atinge o seu grau máximo. Nessas situações, diríamos que o sujeito está aglutinado na própria instância do verbo<sup>26</sup>. (Dias, 2002:55)

2- Sujeito Suporte – o sintagma base é formado por um dêitico que funciona como uma âncora, que se aporta, seja na pessoa constituída como perspectiva da enunciação, seja num campo de orientação temática (texto). As condições de definitude não são definidas no interior do sintagma que ocupa o lugar de sujeito. O acionamento do verbo se dá segundo as condições de definitude do próprio ato de enunciação. O preenchimento do lugar do sujeito guarda estreita dependência da base de ancoragem. Dessa maneira, a relação entre a base e a âncora é constitutiva das condições de textualização.

(18) Paulo e Marcos não admitiam perder o sarau. Roubaram a viola de Pedro e foram ao encontro da turma.

O acionamento do verbo “roubar” e “ir” se deve a um sujeito cujo lugar aparece como projeção da base *Paulo e Marcos*, textualmente definidos anteriormente.

3- Sujeito Perfil - constituído a partir da instância enunciativa circunscrita por uma base textual. Há um sintagma base constituído por termos que a GT classifica como pronomes indefinidos, especificamente “quem” e “aquele que”. O sujeito se sobressai de uma conclusão produzida internamente ao texto que dá suporte à sentença. O perfil de sujeito pode ser identificado por “aquele que” ou “quem”, p.e., e que se adequa, se ajusta às condições de uma verdade condensada nos próprios domínios do corpo textual no qual se insere a sentença. Os provérbios se caracterizam por uma textualização formulada a partir de seu próprio domínio de enunciação. O acionamento do verbo ocorre quando se define o perfil que se sobressai da textualização de uma “verdade”.

A não materialização lexical do lugar do sujeito está ligada ao caráter paradigmático, portanto previsível do portador do perfil.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Nesse aspecto, não nos alinhamos com a concepção de gramática tradicional, que considera (16) e (17) orações sem sujeito.

<sup>27</sup> Lacerda (2009) faz um amplo estudo desse tipo de sujeito em sua dissertação.

(19) Quem faz, merece o que constrói.

4- Sujeito Projeção – o sintagma base é formado por palavras que não aceitam determinação. O sujeito é a projeção de uma identidade a partir da instância enunciativa circunscrita pelo predicado. O alvo dessa projeção é que adquire o status de lugar do sujeito, o lugar de acionador do verbo.

(20) Alguém quebrou a viola de Pedro.

Mas há casos em que não temos a ocupação do lugar do sujeito, não há portador da identidade projetada, embora se possa vislumbrar um paradigma dessa identidade como “alguém que”.

(21) Quebraram a viola de Pedro.

(22) Vende-se um lote nesta rua.

A GT trata o caso (21) como sujeito indeterminado e o caso (22) como tendo sujeito determinado paciente ( a sentença está na voz passiva sintética) “um lote”. Porém, em ambos os casos, pode-se projetar a identidade desse sujeito: alguém que quebrou a viola de Pedro e alguém que vende um lote nesta rua . Assim, ambos são vistos, nessa perspectiva de configuração enunciativa do lugar do sujeito, como sendo sujeito de identidade projetada e não lexicalmente realizado. O acionamento do verbo se faz, portanto, quando se produz a identidade, a projeção de uma identidade constituída no predicado. O caráter paradigmático de portador dessa identidade fornece as condições para a não materialização lexical do lugar do sujeito.

Orlandi, Guimarães e Tarallo (1989) afirmam que a constituição do sujeito no discurso se dá na medida em que o locutor recorta o mundo e se representa como sujeito nesse recorte. Ao analisarem o processo de indeterminação do sujeito, os autores dizem que “o estudo enunciativo das formas de indeterminação está ligado à análise do modo de representação do sujeito no discurso.” (p.34)

Na concepção de Sujeito Projeção vista anteriormente, temos a constituição de uma projeção da identidade do sujeito no âmbito do predicado. Quanto mais típica a identidade, menor a necessidade de materialização. Veja-se que a constituição do lugar

do sujeito é concomitante à constituição da instância de constituição do predicado. Assim, o acionamento do verbo se faz pela constituição de um lugar do sujeito e não o contrário como preconiza a GT.

Assim é que pretendemos analisar algumas ocorrências de lugar sintático de sujeito que não estariam, conforme a GT, ocupados organicamente, mas que assim se apresentam em algumas situações de uso.

Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir de sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses objetos ganham identidade. O plano do enunciável é, por sua vez, regulado pelo discurso que arregimenta as forças de representação simbólica (de natureza histórica) (Dias, 2002:53). A linguagem se produz na relação constitutiva entre a dimensão material e a dimensão simbólica. Mas as línguas produzem recortes e adquirem identidades em processos em que o simbólico se “historiciza” e o material se faz articulável. A articulação é uma relação na qual unidades de um extrato da materialidade linguística formam sequência linear com unidades de outros extratos. Os processos de coordenação e subordinação assim se constituem. Entretanto, apesar de operarem numa relação constitutiva, essas duas dimensões (material e simbólica) são discrepantes, uma vez que não há uma correspondência biunívoca entre elas. É possível encontrarmos formações simbólicas não projetadas organicamente nas unidades e nas formas articuladas, bem como formas articuladas que projetam formações simbólicas dispersas. Em *Compraram um novo carro* a projeção da identidade do sujeito não está na sua dimensão material, mas numa formação simbólica. É possível identificar um “Alguém que”. Há a saturação, o preenchimento do lugar do sujeito no plano do enunciável, porém essa identidade se configura nesse plano e não ganha corpo (forma) no plano (dimensão) material. Daí a discrepância das duas dimensões, embora haja uma relação constitutiva entre elas.

A partir dessa concepção, pode-se então ver como o fato linguístico sujeito se constitui, como o conceito de lugar do sujeito se situa. Dessa forma, o suporte atributivo não seria algo da ordem da natureza argumental do verbo, mas da ordem da enunciação. Por lugar entende-se o ponto de convergência de uma saturação e, ao se constituir em ponto de convergência, o sujeito aciona o verbo, ou seja, extrai o verbo do “estado de dicionário” em que a conjugação verbal, p.e., é um quadro das possibilidades de acionamento do verbo pelo sujeito (Dias, 2002:53).

Vejamos um caso em que percebemos um Sujeito Projeção em que temos a constituição de uma projeção da identidade do sujeito no âmbito do predicado. A nossa hipótese revela que quanto mais típica a identidade, menor a necessidade de materialização. A constituição do lugar do sujeito é determinada por uma anterioridade de predicação. Por essa anterioridade de constituição, é o sujeito que aciona o verbo e o faz sair do “estado de dicionário” e se tornar base de uma predicação.

Em

- (23) Um pastor evangélico fazendo uma pregação a seus fiéis, em dado momento diz:  
\_ Quando **você** faz alguma coisa ruim, **você** é castigado!
- (24) Quando **nós** decidimos por algo, temos que assumir as consequências dessa decisão também.
- (25) Meninos, prestem atenção nesse exemplo: se **eu** pego o hidrogênio e misturo ao oxigênio, o que é que **eu** tenho?
- (26) Se **você** não misturar bem os reagentes, o resultado da experiência pode ficar alterado.

percebemos que, embora típica a projeção da identidade do sujeito, este se fez materializado organicamente.

Dias (2002), analisando a constituição do sujeito nas sentenças, a partir de um estudo calcado nas bases enunciativas, propôs uma teoria e uma reclassificação da tipologia dos sujeitos com a qual nos alinhamos e a partir dela desenvolvemos a presente pesquisa. Essa tipologia já foi explicitada anteriormente e se constitui dos sujeitos base, suporte, projeção e perfil. No Cap.3, faremos a análise de algumas sentenças do PB nessas bases enunciativas.

As gramáticas contemporâneas já trazem uma dimensão bem mais ampla para a concepção do fato gramatical quando da introdução das condições atributivas em seus estudos. As categorias sintáticas são concebidas não apenas a partir da relação entre um termo e a organicidade da sentença. Leva-se em conta, em primeiro plano, a projeção desses lugares e, em segundo plano, os fatores que determinam a ocupação desses lugares. Há que se observar, contudo, o fato de que a sustentação dos lugares, tanto do sujeito como do objeto, na estrutura argumental do verbo, funciona como um pilar fixo para o conceito. Essa sustentação seria anterior à formação das condições de constituição do sintagma, uma vez que ele (sintagma) é uma projeção do verbo “em

estado de dicionário”. Nesse sentido, sujeito e objeto são variáveis do verbo, vale dizer, são selecionados pelo predicado. Assim sendo, essas gramáticas contemporâneas – inclusive duas delas já comentadas por nós no Cap.1 (Castilho, 2010 e Perini, 2010) – não trabalham com a anterioridade de predicação, para nós tão cara e pilar de nossa análise e teoria.

Acreditamos que fatores de natureza enunciativa são pertinentes à constituição do fato linguístico, situam-se nos limites do gramatical. Com o apoio de uma teoria da enunciação procuramos conceber a exterioridade como constitutiva do fato gramatical, trabalhando a relação entre as possibilidades estruturais e as formas do sentido atualizadas na enunciação. Ficamos assim no limite entre o gramatical e o discursivo. Trabalhamos com o fato linguístico na própria dimensão que o produz.

Nos exemplos (23) a (26), os termos destacados são ocupantes do lugar do sujeito, mas em nada determinam ou definem a referência desse termo. Isso corrobora a tese com a qual trabalhamos. Da mesma forma, em casos como *Diz que manga com leite faz mal*, embora não exista um elemento ocupante do lugar, a expressão destacada funciona como indicativo da indeterminação ou indefinição do sujeito. Não há um referente para a expressão. O que existe é uma projeção de uma identidade, um “alguém que”. Por isso, cremos que os objetos linguísticos podem ganhar identidade em uma dimensão que não a material. Essa discrepância existe, mas ela é uma relação constitutiva no dizer. Em

(27) Quebraram a janela da sala de reunião.

embora a identidade do sujeito não esteja presente na dimensão material, ela se faz constitutiva do discurso, pois há uma projeção da identidade desse sujeito equivalente a ‘eles’, que se constitui e se preenche no plano do enunciável. Esmiuçaremos esse fato e esses exemplos mais adiante no Cap.3.

Dessa forma, quando nos referirmos ao conceito de sujeito, falaremos em lugar sintático e a ocupação desse lugar estaria na órbita da enunciação. Guimarães (2005) trata da enunciação como acontecimento, formador de uma memória de dizeres. Essa memória seria um estado de latência em que o ‘já-dito’ pode ser atualizado por um novo dizer. Esse novo dizer, propiciado pelo acontecimento enunciativo trará a significação ao discurso. Sendo assim, chegamos à dupla instanciação do acontecimento: uma

instância do presente do enunciar e uma instância de anterioridade, como já exemplificamos em (10) e (11).

A partir dessa instância da anterioridade é que falamos da atribuição de lugares sintáticos como o lugar de sujeito, por exemplo. Para nós, a formação nominal sujeito (FN-sujeito) é “o lugar, que, afetado pelo cruzamento entre o virtual e o atual, aciona o verbo da sua condição de infinitivo, [...] determinada por uma anterioridade de predicação” (Dias, 2009). O predicado é uma unidade da sentença que se estabelece com a instalação da FN-sujeito. “A anterioridade de predicação se sustenta na passagem da instância do virtual para a instância do atual no acontecimento enunciativo. [...] o verbo, quando está no infinitivo, em estado de dicionário é uma virtualidade” (Dias, 2009). Para sair dessa condição, ele é acionado pela FN-sujeito e aí ganha perspectiva de atualização através da conjugação, ou seja, receberá personalidade, i.e., uma relação com a pessoa, mesmo que esta não esteja definida na forma verbal.

(28) Andar, v.int. Caminhar; mover-se, decorrer (o tempo).

(29) Andar faz bem à saúde.

(30) Andamos sempre para melhorar nossa saúde.

(31) Andando se vai ao longe.

Em (28), o verbo destacado não apresenta concordância, nem flexão. Não há, para ele, pessoa e nem personalidade. Ele é uma FN. Em (29), embora a forma pareça a mesma de (28), percebemos nela uma personalidade, ou seja, uma relação com pessoa do discurso. Poderíamos, inclusive, ter

29a Você andar, faz bem; já eu andar, não faz.

29b Ele andar, faz muito bem para a saúde dele.

Em (30), o verbo apresenta concordância e flexão que marcam a 1ª pessoa do plural; há pessoa e personalidade. E, em (31), não há flexão que marque a pessoa, há apenas a do tempo; não há concordância (pessoa), mas há personalidade. Há, numa instância que não a da sentença, que não a material, uma referência, uma perspectiva de pessoa, ou seja, uma projeção de personalidade. Essa instância é a virtual. Para Deleuze (2006), o virtual não é algo que se opõe ao real, mas apenas ao atual, já que ele (virtual)

possui plena realidade como virtual. O virtual deve ser definido como uma parte própria do objeto real.

Não é qualquer atualização que pode ser aplicada ao virtual para que ele ganhe atualidade, já que ele (virtual) é completamente determinado. O virtual, ao se atualizar, torna-se um novo real, sujeito à diferença e que se constituirá, pela memória, em um outro virtual, pronto pra ser novamente atualizado.

O escopo de referência passível de promover a atualização e de ocupar os lugares de sujeito e/ou objeto nas sentenças e/ou cenas está diretamente relacionado à memória dos dizeres e ao status dos lugares sintáticos. Milner (1989) trata esses lugares como *site* e *place*. *Site* é, para ele, o lugar sintático qualificado e *place* a localização, o lugar não qualificado. Em uma sentença pode ocorrer a mudança de *place* (posição, localização na sentença) sem que haja mudança de *site* (lugar sintático ocupado pelo termo).

(32) Os meninos chegaram.

(33) Chegaram os meninos.

Embora o termo “os meninos” tenha mudado de *place* (localização na sentença), o *site* (lugar sintático de sujeito) permanece o mesmo. Mas isso não é válido para todas as sentenças.

(34) Pedro ama Joana.

(35) Joana ama Pedro.

Em (35), com a mudança de *place*, houve também a mudança de *site*. Sendo assim, pode-se afirmar que os lugares sintáticos qualificados não são relativos aos locais em que eles aparecem ou se alojam na sentença. A relação de atribuição desses lugares passa pelo problema da projeção dos termos lexicais. São as construções enunciativas que definirão os lugares sintáticos; são os modos de enunciação que nos convocarão a situar os *sites* nas sentenças. É preciso, então, discutir a relação de atribuição e a relação de ocupação dos lugares sintáticos, lembrando-se sempre do que chamamos anterioridade de predicação.

As propriedades relativas aos lugares sintáticos podem ser explicadas e/ou definidas fora dos limites da sentença. É o fenômeno da **foricidade**. O sentido pode

estar fora dos limites da sentença, fora da cadeia sintática, mas não fora dos limites da enunciação. Aqui se fala, então, segundo Milner (1989), em ‘anáfora do sentido’, ou seja, o sentido vem de outro lugar que não o sintático (posicional), mas de fora, por exemplo, a memória, a historicidade dos dizeres. Assim, fenômenos que estão no âmbito da sentença serão explicados pela injunção da significação constituída fora dos seus limites.

Ainda como fundamentação teórica para nossa análise, achamos pertinente esclarecer o que, para nós, seja referência/referenciação, já que acreditamos ser o lugar de sujeito, um lugar de constituição de referência, por isso, não pode não existir. Ainda que vago (vazio) no plano material, ele é preenchido no plano simbólico através de uma memória de dizeres, de uma historicidade de enunciações que garantem a existência desse lugar (*site*).

Para Cançado (2008:75), “a relação de referência é a relação estabelecida entre uma expressão linguística e um objeto (no sentido amplo do termo) no mundo.” Para ela, explicar então o significado de uma palavra seria explicar a relação existente entre essa palavra e o objeto a que ela se refere. A autora parece entender também que a referência alcançada por um enunciado é dependente da circunstância em que ele é proferido.

A referência é exatamente o objeto alcançado no mundo, quando você usa a expressão da língua para se referir a esse objeto específico. Como a referência lida com as relações entre a língua e o mundo, ela é, portanto, dependente do enunciado, ou seja, a referência é uma relação entre expressões e aquilo que elas representam em ocasiões particulares. (Cançado, 2008:76)

Sob uma perspectiva da Enunciação, referência é vista como algo além da simples relação entre o linguístico e o mundo exterior. Lacerda (2009) afirma que

Para uma semântica da enunciação, a referência se constitui na relação entre um enunciado atual e enunciados anteriores, na relação entre atualidade e memória, portanto. A referência, nesse aspecto, antes de se configurar como relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, é um efeito de sentidos atribuídos por essa relação entre enunciados. (p.26)

Quando ocorre a atualização de um acontecimento, ele é afetado pela memória, causando as diferenças que o torna atual e também projeção de um futuro. Portanto, a

constituição da referência se dá em função da cena enunciativa em que está ocorrendo. Além do mais, há outra diferença substancial em relação ao que pensamos sobre referência e o que pensa a semântica formal: para nós não há a necessidade de o termo linguístico estar presente materialmente na sentença para ele se relacionar com o seu referente. Há os casos em que o vazio é constitutivo e Dalmaschio (2009) chama esse fato de “silêncio sintático” e há os casos, p.e., de projeção de identidades, como a do sujeito que ora analisamos nesta pesquisa.

Dalmaschio (2009:53) diz

...um ocupante de um lugar projetado por essas formais que não se configura como elemento lingüístico, mas que precisa fazer parte da constituição da sentença para que ela ganhe efeito de completude. A isso chamamos de silêncio sintático.

quando explica situações enunciativas em que a não-ocupação de lugares sintáticos não é percebida como falta, mas como um aumento das possibilidades discursivas.

#### 4. CAPÍTULO 3

“... não consegui recompor o que foi nem o  
que fui.(...) se o rosto é igual, a fisionomia  
é diferente.”  
(Dom Casmurro, Machado de Assis)

Estudar os fatos da língua observando somente as unidades formalmente presentes na dimensão orgânica pode nos levar a grandes impasses, como já sugerimos e vislumbramos nas Considerações Iniciais. Em razão disso, temos de operar também com a dimensão enunciativa (Dias, 2003: 62). Na língua há estruturas que, embora não estejam marcadas organicamente, estão ali presentes. Isso acontece com o lugar do sujeito e as condições de ocupação desse lugar sintático estarão, então, no nível da enunciação. Em estruturas do tipo

(36) Diz que manga com leite faz mal.

(37) Esqueceram de mim.

(38) Bateram à porta.

(39) Comer bem não é comer muito

é possível perceber uma relação com o lugar sintático de sujeito. Há um elemento, que não está visível materialmente na sentença, mas que nós, usuários do PB, sabemos existir. As ações realizadas pelos verbos só existem porque um sujeito acionou o verbo e o fez significar. Esse lugar de sujeito, instaurado na enunciação, projeta uma identidade, um “alguém” que *diz que*, que *esqueceram*, que *bateram*, que *come(r)*. Esse “alguém” não se consubstancia no enunciado, mas se faz presente, uma vez que há uma memória discursiva e uma história dos enunciados que fazem com que vislumbremos a ocupação do lugar de sujeito, mesmo que somente projetada e não materialmente realizada. A ocupação, portanto, se dá no plano do enunciável.

Já há alguns estudos sintáticos que operam com a relação entre o plano da organicidade e o plano do enunciável: Pereira (2008), Dalmaschio (2008), Lacerda (2009). Nós também pretendemos trabalhar, a partir de agora, nessa mesma perspectiva.

#### 4.1 Pressupostos e crenças assumidos

Tomemos os pontos essenciais levantados anteriormente e a partir dos quais iniciaremos a nossa análise, na tentativa de elucidar as questões por nós propostas na introdução de nossa dissertação. Esses pontos são aqueles que vêm ao encontro da nossa forma de perceber os fatos gramaticais quando da sua análise sintática. É bom sempre lembrar que o que fazemos é análise sintático-enunciativa do PB e adotamos para tal uma teoria linguística de base enunciativa. Vejamos então, quais são as crenças com as quais compartilhamos e que se tornaram pressupostos para nós.

- 1- O fato gramatical deve ser analisado a partir de duas dimensões: a material e a enunciativa. Existe uma dupla instanciação do dizer que confronta o passado e o presente para dar significado ao enunciado, ou seja, as formas linguísticas devem se relacionar com uma memória discursiva (história das suas enunciações) e o presente do acontecimento. Isso porque todo dizer presente se relaciona com um passado, mas também com um futuro (abre possibilidades para novos dizeres). O dizer atual não é inaugural. Ele é fruto de uma história de enunciações.
- 2- O PB está implementando uma forma de preenchimento dos sujeitos. Está em curso um novo padrão sentencial no qual formas nominativas aparecem na posição de sujeito quando esse se apresenta indeterminado. O PB tem se aproximado das línguas que possuem um pronome expletivo (ou expressão) para ocupar a posição do sujeito. Tais pronomes, no caso da indeterminação, seriam o “você”, “a gente”, “eles”, “eu”, e algumas expressões como “o cara”, “o pessoal”, “o indivíduo”, além das já conhecidas como “alguém”.
- 3- A expressão “a gente” está plenamente gramaticalizada. Equivale a um pronome que, embora seja empregado e sentido como de primeira pessoa ou de referência indeterminada, provoca a conjugação do verbo em 3ª pessoa. (*A gente saiu tarde de lá./ A gente nunca sabe onde essas coisas vão dar.*)
- 4- O clítico “se”- e os outros também - têm sido apagados das construções sentenciais no PB. Como consequência disto, está havendo também uma

“rigidificação” do padrão SVO no PB. Assim, quando o “se” ainda aparece é como indeterminador do sujeito e não como apassivador. (*Precisa de balconista./ Vende casas./ Pode-se imaginar os sentimentos de que um pai brasileiro é tomado...*). Sendo assim, construções com o verbo na 3ª pessoa do singular (independente da transitividade dele) sem o “se” também são tratadas, nas circunstâncias propícias a tal, como indeterminadas.

- 5- O PB atual apresenta um enfraquecimento da concordância verbal em relação ao seu sujeito, justificada pelo “apagamento” de algumas formas (2ª pessoa, p. e.) e a inserção de outras (você, a gente, p. e.). Tal fato provocou uma mudança na grade da conjugação verbal.
- 6- O conceito de indeterminação, tanto nas gramáticas quanto na abordagem feita por linguistas de diversas correntes, não é claro. Não há consenso entre os estudiosos do fenômeno, portanto isso dificulta o tratamento das sentenças de caráter indeterminado no PB, principalmente as que se referem à indeterminação do sujeito. Daí a necessidade de reformulação desse conceito.
- 7- Com o conceito de indeterminação falho, associado inclusive ao de indefinição, urge estabelecer parâmetros para esse fenômeno que poderá ser “medido” em níveis ou graus de indeterminação, que passariam pela capacidade de definitude de referências. Tanto é assim, que alguns gramáticos e linguistas já falam em outra instância que não a material para se proceder à análise dos sujeitos (cf. Faraco & Moura (1995), Saconi (2006), Castilho (2010), Dias (2009)).
- 8- A indeterminação não é sinônimo de falta, como se pode pensar pela formação da palavra (prefixo -in = ausência, falta). Embora não materialmente expresso, o lugar do sujeito está ocupado. Ele se faz presente já que é ele – o sujeito – o instaurador da sentença.
- 9- O fato linguístico é constituído pelo que nele se encontra materializado no enunciado, e também pelos fatores de natureza enunciativa (situação comunicativa) que podem estar, inclusive, fora dos limites da sentença

(fenômeno da foricidade). Portanto, os objetos linguísticos podem ganhar identidade em uma dimensão que não a material.

- 10- A articulação na língua é contraída no confronto entre uma história das enunciações da língua e uma atualidade de uso. É na sentença que os enunciados ganham sentido em função da atualização que eles recebem.
- 11- Os lugares sintáticos são vistos como lugares qualificados (*site*) e lugares não qualificados (*place*) e a função sintática que os termos que aparecem nesses lugares ocupam é determinada pela constituição enunciativa da sentença. As categorias sintáticas são concebidas não apenas a partir da relação entre um termo e a organicidade da sentença. Leva-se em conta, em primeiro plano, a projeção desses lugares, anterior à formação da sentença, já que a FN-sujeito é que aciona o verbo.
- 12- A FN-sujeito é que aciona o verbo e o faz significar. A identidade dessa FN-sujeito é projetada no plano do enunciável – na instância do virtual – e aí ganha personalidade (relação com a pessoa, mesmo que esta não esteja definida na forma verbal como em *Andando se vai ao longe.*).
- 13- O vazio também é constituidor de significado. Há o silêncio sintático que não se traduz pela incompletude, pelo não-dito, mas sim pela significação, pela projeção de um sentido sustentado na enunciação.

#### **4.2 Análise de algumas formas de indeterminação no PB**

Assumidos esses pressupostos e crenças, retomemos uma sentença já apresentada por nós.

(38) Bateram à porta.

Ela representa uma situação comunicativa em que o sujeito se apresenta indeterminado. Porém, se observarmos com mais atenção, confrontando com as que se seguem, perceberemos que há uma diferença na espécie ou qualidade, e até mesmo na

‘quantidade’, dessa indeterminação. Dizer (38) não tem o mesmo efeito de sentido atribuído a

(38a) Eles bateram à porta.

(38b) Alguém bateu à porta.

(38c) Um certo alguém bateu à porta.

(38d) Um desconhecido bateu à porta.

Em (38), a indeterminação é mais ampla e abrangente. Poderia ocupar o *site* (lugar sintático qualificado) de sujeito elementos animados com traços tanto /+ humano/ quanto /-humano/. Em (38a), mesmo com o aparecimento do pronome, ocupando materialmente o lugar do sujeito, esse continua indeterminado, mas percebemos uma delimitação e uma possibilidade de se recuperar o referente desse sujeito, seja ele /+ ou – humano/, como mostram (38’) e (38’’).

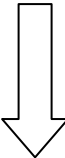
(38’) Os meninos da rua bateram na porta.

(38’’) Os galhos da árvore bateram na porta.<sup>28</sup>

Já em (38b) e (38c), o traço /- humano/ é descartado como passível de ser o referente. Mas ainda assim, esse “alguém” pode ser qualquer pessoa, seja ela conhecida ou não. Portanto, o grau de indeterminação desse sujeito torna-se menor. Em (38c), ainda que percebamos a indeterminação, o adjetivo “certo”, fecha um pouco o círculo de abrangência dos elementos que poderiam ser os referentes da expressão. E se observarmos (38d), o escopo de definitude de referência do sujeito indeterminado torna-se menor ainda. Isso nos autoriza a dizer, em um primeiro momento, que temos uma escala de indeterminação que vai da mais abrangente a uma pouco abrangente em relação ao escopo de possibilidades de referência de um sujeito indeterminado. Veja o quadro:

---

<sup>28</sup> Essa construção, embora não concorde com o que diz a GT, por causa da preposição *em*, é a mais utilizada pelos falantes do PB.


+ indeterminado  - indeterminado	(38) Bateram à porta. (38a) Eles bateram à porta. (38b) Alguém bateu à porta. (38c) Um certo alguém bateu à porta. (38d) Um desconhecido bateu à porta
---	--

Quadro 1: níveis de indeterminação 1

As sentenças (39) *Comer bem não é comer muito* e (36) *Diz que manga com leite faz mal* também parecem figurar ainda mais alto na escala dos graus de indeterminação. Assim, poderíamos reformular o quadro acima, acrescentando a ele

(38e) Bater à porta é sinal de boa educação.

(38f) Diz que bater à porta é sinal de boa educação.

+ indeterminado  - indeterminado	(38e) Bater à porta é sinal de boa educação. (38f) Diz que bater à porta é sinal de boa educação. (38) Bateram à porta. (38a) Eles bateram à porta. (38b) Alguém bateu à porta. (38c) Um certo alguém bateu à porta. (38d) Um desconhecido bateu à porta
--	--

Quadro 2: níveis de indeterminação 2

### 4.3 Análise de sentenças indeterminadas em período composto

Continuando com a exemplificação, chegaríamos a outras formas de indeterminação do sujeito presente em sentenças do PB atual e já discutidas no Capítulo 2 desse trabalho. Vejamos

(38g) Quando você bate à porta, você demonstra boa educação.

(38h) Quando nós batemos à porta, nós demonstramos boa educação.

(38i) Quando a gente bate à porta, a gente demonstra boa educação.

(38j) Quando eu bato à porta, eu demonstro boa educação.

(38k) Quando o cara bate à porta, o cara demonstra boa educação.

(38l) Quando o indivíduo bate à porta, o indivíduo demonstra boa educação.

(38m) Quando se bate à porta, demonstra-se boa educação.

(38n) Quando bate à porta, demonstra boa educação.

Nas sentenças (38g) a (38n) vemos que permanece claramente a ideia de indeterminação do sujeito. A diferença é que as construções apresentam uma oração matriz e uma oração encaixada (subordinada). Se trocamos o conectivo temporal pelo conectivo condicional, por exemplo, observamos não haver alteração na percepção das estruturas como sendo indeterminadas.

(38o) Se você bate à porta, você demonstra boa educação.

E assim sucessivamente para as subordinadas adverbiais.

- concessiva: (Embora você bata à porta, você não demonstra, com isso, boa educação.)
- consecutiva: (Você bate tanto à porta, que você acaba sendo atendido.)
- proporcional: (A medida que você bate à porta, você tem mais chance de ser atendido.)
- final: (Você bate à porta, para você ser atendido, lógico.)
- locativa: (Você bate à porta, onde você acha necessário isso.)
- modal: (Você bate à porta, sem que você seja descoberto.)
- conformativa: (Você bate à porta, conforme você julgar necessário.)
- comparativa: (Você bate à porta, como você faz qualquer gesto de boa educação.)
- causal: (Você bate à porta, porque você aprendeu isso desde criança.)

Testando nossos exemplos nas outras formas de apresentação de orações encaixadas também confirmamos nossa hipótese anterior.

- subjetivas: (É importante que você bata à porta antes de entrar.)
- objetiva direta: (Dizem que se você bate à porta, sempre é bem recebido.)
- objetiva indireta: (Lembre-se de que você batendo à porta, demonstrará boa educação.)
- completiva nominal: (Tenho certeza de que você batendo à porta, demonstrará boa educação.)
- apositiva: (Aprenda isso: você batendo à porta, demonstrará boa educação.)
- predicativa: (O importante é: você bater à porta, antes de entrar.)

Verificando as orações relativas, não encontramos entrave para a nossa hipótese

- adjetiva explicativa: (A boa educação, que você demonstra ao bater à porta, é impressionante.)
- adjetiva restritiva: (A boa educação que você demonstra ao bater à porta é impressionante.)

Logo, o fato de os períodos serem simples ou com orações encaixadas não altera o valor de sentido da indeterminação das sentenças. Para exemplificar, só usamos o indeterminador “você”, mas poder-se-ia testar com as outras formas nominais que se prestam a isso no PB atual e iríamos, da mesma maneira, confirmar a ideia de que a indeterminação independe do fato de aparecer em oração absoluta ou em orações matrizes ou em orações encaixadas.

#### 4.4 Análise de sentenças indeterminadas quanto ao modo e tempos verbais

Quanto ao modo (indicativo, subjuntivo e imperativo) e tempo verbais (passado, presente ou futuro), investigamos também se existem situações comunicativas específicas em que a indeterminação se manifestaria.

Vejamos a seguinte cena enunciativa<sup>29</sup>:

Após uma Feira de Ciências e Cultura em uma escola, o pátio central ficou completamente sujo. Poucas horas depois, duas professoras passando por lá, olham para o chão e uma delas comenta:

\_ O pessoal limpou bem esse pátio.

Pegando a última sentença como objeto de análise, temos

(40) O pessoal limpou bem esse pátio.

Usando de paráfrases e da construção de novos exemplos (exemplos-colmeia), vamos observar as grades de tempo e modo verbais e a ocupação material ou não do lugar do sujeito dito indeterminado. Para testar a ocupação, usaremos os pronomes e as

---

<sup>29</sup> Esse é um dado real. A situação de comunicação aconteceu comigo e com uma colega de trabalho no dia 19/06/2010 na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). O comentário foi dela.

expressões que têm aparecido frequentemente no PB exercendo o papel de indeterminadores do sujeito.<sup>30</sup>

(41)

	Limpam bem esse pátio. Limpavam bem esse pátio. Limparam bem esse pátio. Limparão bem esse pátio. Limpariam bem esse pátio.
--	---

Quadro 3: sentenças com sujeito indeterminado (não materialmente expresso) nos tempos simples do modo indicativo.

(42)

Eles	limpam bem esse pátio. limpavam bem esse pátio. limparam bem esse pátio. limparão bem esse pátio. limpariam bem esse pátio.
------	---

Quadro 4: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “eles”) nos tempos simples do modo indicativo.

(43)

O pessoal	limpa bem esse pátio. limpava bem esse pátio. limpou bem esse pátio. limpará bem esse pátio. limparia bem esse pátio.
-----------	---

Quadro 5: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pela expressão “o pessoal”) nos tempos simples do modo indicativo.

Com o emprego da expressão “o pessoal” é comum o aparecimento de expressões de realce ou de reforço tais como “aqui”, “lá”, “aí”.

<sup>30</sup> Optamos por não apresentar as construções com o verbo no Pretérito mais-que-perfeito, por ser um tempo verbal em desuso, na sua forma simples, no PB atual.

(44)

O pessoal aqui/ aí/ lá	limpa bem esse pátio.
	limpava bem esse pátio.
	limpou bem esse pátio.
	limpará bem esse pátio.
	limparia bem esse pátio.

Quadro 6: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pela expressão “o pessoal” + realce) nos tempos simples do modo indicativo.

Até o presente quadro, mantendo a mesma cena e o modo Indicativo, observamos que em (41) a (44) a perspectiva de indeterminação ainda se faz presente. Usando os pronomes “a gente”, “você”, “nós” e “eu”, a perspectiva de indeterminação parece ser alterada.

(45)

A gente	limpa bem esse pátio.
	limpava bem esse pátio.
	limpou bem esse pátio.
	limpará bem esse pátio.
	limparia bem esse pátio.

Quadro 7: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pela expressão pronominalizada “a gente”) nos tempos simples do modo indicativo.

(46)

Você	limpa bem esse pátio.
	limpava bem esse pátio.
	limpou bem esse pátio.
	limpará bem esse pátio.
	limparia bem esse pátio.

Quadro 8: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “você”) nos tempos simples do modo indicativo.

(47)

Nós	limpamos bem esse pátio.
	limpávamos bem esse pátio.
	limpamos bem esse pátio.
	limparemos bem esse pátio.
	limparíamos bem esse pátio.

Quadro 9: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “nós”) nos tempos simples do modo indicativo.

(48)

Eu	limpo bem esse pátio. limpava bem esse pátio. limpei bem esse pátio. limparei bem esse pátio. limparia bem esse pátio.
----	--

Quadro 10: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “eu”) nos tempos simples do modo indicativo.

Em (45) a (48) sentimos necessidade de ancoragem do sujeito na cena enunciativa e nas pessoas do discurso nela presentes. Portanto, o mecanismo de usar os pronomes “a gente”, “você”, “nós” e “eu” como formas de indeterminação em cenas enunciativas no modo Indicativo não foi produtivo.

Entretanto, quando passamos para uma situação hipotética (modo Subjuntivo), o fenômeno se altera. Já vimos uma amostra disso quando analisamos as sentenças encaixadas. Continuando com a cena apresentada e com o exemplo (40), criamos as hipóteses

(40') \_ Quando o pessoal limpar bem esse pátio, ele parecerá outro.

(40'') \_ Se o pessoal limpasse bem esse pátio, ele pareceria outro.

e as testamos nos quadros anteriores (representativos dos tempos verbais e dos diversos pronomes e expressões usados para ocupação material do sujeito indeterminado)

(41')

	É preciso que limpem bem esse pátio. Se limpassem bem esse pátio, ele pareceria outro. Quando limparem bem esse pátio, ele parecerá outro.
--	--

Quadro 11: sentenças com sujeito indeterminado (não materialmente expresso) nos tempos simples do modo subjuntivo.

(42')

Eles	É preciso que eles limpem bem esse pátio. Se eles limpassem bem esse pátio, ele pareceria outro. Quando eles limparem bem esse pátio, ele parecerá outro.
------	---

Quadro 12: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “eles”) nos tempos simples do modo subjuntivo.

(43')

O pessoal	É preciso que o pessoal limpe bem esse pátio. Se o pessoal limpasse bem esse pátio, ele pareceria outro. Quando o pessoal limpar bem esse pátio, ele parecerá outro.
-----------	--

Quadro 13: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pela expressão “o pessoal”) nos tempos simples do modo subjuntivo.

Com o emprego da expressão “o pessoal” é comum o aparecimento de expressões de realce ou de reforço tais como “aqui”, “lá”, “aí”.

(44')

O pessoal aqui/ aí/ lá	É preciso que o pessoal aqui/ aí/ lá limpe bem esse pátio. Se o pessoal aqui/ aí/ lá limpasse bem esse pátio, ele pareceria outro. Quando o pessoal aqui/ aí/ lá limpar bem esse pátio, ele parecerá outro
---------------------------	--

Quadro 14: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pela expressão “o pessoal” + realce) nos tempos simples do modo subjuntivo.

e constatamos que (45') passa a compor o grupo, juntamente com (41') a (44'), que mantém a perspectiva de indeterminação do sujeito.

(45')

A gente	É preciso que a gente limpe bem esse pátio. Se a gente limpasse bem esse pátio, ele pareceria outro. Quando a gente limpar bem esse pátio, ele parecerá outro.
---------	--

Quadro 15: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pela expressão pronominalizada “a gente”) nos tempos simples do modo subjuntivo.

Já (46') a (48') parecem continuar solicitando ancoragem na cena enunciativa e nas pessoas do discurso presentes nela.

(46')

Você	É preciso que você limpe bem esse pátio. Se você limpasse bem esse pátio, ele pareceria outro. Quando você limpar bem esse pátio, ele parecerá outro.
------	---

Quadro 16: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “você”) nos tempos simples do modo subjuntivo.

(47')

Nós	<p>É preciso que nós limpemos bem esse pátio.</p> <p>Se nós limpássemos bem esse pátio, ele pareceria outro.</p> <p>Quando nós limparmos bem esse pátio, ele parecerá outro.</p>
-----	--

Quadro 17: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “nós”) nos tempos simples do modo subjuntivo.

(48')

Eu	<p>É preciso que eu limpe bem esse pátio.</p> <p>Se eu limpasse bem esse pátio, ele pareceria outro.</p> <p>Quando eu limpar bem esse pátio, ele parecerá outro.</p>
----	--

Quadro 18: sentenças com sujeito indeterminado (materialmente expresso pelo pronome “eu”) nos tempos simples do modo subjuntivo.

No modo Imperativo, por caracterizar uma ordem ou um pedido, não conseguimos manter a perspectiva de indeterminação. Qualquer que fosse a cena enunciativa e o pronome ou expressão ocupante do lugar do sujeito, a necessidade de ancoragem prevaleceu em todo momento. Não há indeterminação, quando se trata de imperativo. A ordem ou pedido são feitos a um referente determinado, especificado.

	<p>Limpa (tu) esse pátio.</p> <p>Limpe (você) esse pátio.</p> <p>Limpemos (nós) esse pátio.</p> <p>Limpai (vós) esse pátio.</p> <p>Limpem (vocês) esse pátio.</p> <p>*Limpem eles bem esse pátio.</p> <p>*Limpe o pessoal esse pátio.</p> <p>*Limpe o pessoal aqui/ aí/ lá esse pátio.</p> <p>*Limpe a gente esse pátio.</p> <p>*Limpe eu esse pátio.</p>
--	---

#### 4.5 Conclusões iniciais sobre a ocupação do lugar do sujeito indeterminado

A partir dessas constatações, começamos a perceber que o preenchimento (ocupação material) do lugar do sujeito indeterminado não é só um caso de perda da característica de língua *pro-dop* como já falamos anteriormente. Se assim fosse, o

preenchimento não estaria tão condicionado às cenas enunciativas, como estamos vendo agora. Há um fator que não está no nível formal (material) da sentença que autoriza ou não o emprego dos elementos passíveis de ocupar o lugar do sujeito indeterminado, mantendo o sentido indeterminado.

Isso já nos responderia uma parte de nossas indagações iniciais: por que as recorrências de materialização desse sujeito? Quais são as formas que estão sendo usadas para ocupar organicamente esse espaço? Em que condições enunciativas essa ocupação acontece? São as mesmas formas de materialização usadas em todas e quaisquer situações enunciativas indistintamente? As análises feitas aqui, associadas ao que já dissemos anteriormente sobre demanda de saturação e projeção de uma identidade para o lugar sintático qualificado (*site*) de sujeito em sentenças do PB, já podem vislumbrar algumas respostas a estes questionamentos, quais sejam:

- 1- A recorrência de materialização do **Sujeito Projeção** parece representar a) uma mudança no paradigma de conjugação verbal que está em curso no PB, com o enfraquecimento da concordância verbal; b) uma necessidade de garantir a ideia de que o sujeito é constitutivo, pertinente, que vem com a língua; portanto, instaura-se antes do predicado; c) uma fuga da agramaticalidade percebida na ausência, daí a sua formulação material na sentença, e outras que ainda investigaremos mais adiante.
- 2- Há muitas formas sendo usadas para indeterminar o sujeito no PB, além das previstas na GT.
- 3- As condições enunciativas que favorecem essa ocupação material do lugar de sujeito projeção são aquelas em que a discursividade assim exige para, p.e., marcar a concordância verbal, garantir a constituição do termo já que ele é percebido pelo falante como essencial, necessidade de fugir da agramaticalidade, especificar o referente, atender ao princípio da demanda de saturação explicitado na sentença, além de outras que apresentaremos ainda nesse trabalho.
- 4- As formas de materialização do sujeito projeção não são as mesmas em todas e quaisquer situações enunciativas. Essa será nossa próxima análise.

O preenchimento ou não do lugar do sujeito indeterminado seria decidido em função do grau de indeterminação que o falante pretende ou pode dar ao enunciado. Daí

a nossa hipótese de que existem enunciações em que pronomes e expressões deixam as sentenças + indeterminadas e outras - indeterminadas. Estaríamos, então, autorizados a falar em categorias de indeterminação, de acordo com os modos de enunciação delas.

#### 4.6 As sentenças indeterminadas e os modos de ocupação da FN-sujeito

Para Dias (2009), há três modos de ocupação da FN-sujeito: pela definitude, pela identificação e pela prospectiva, e cada uma opera de maneira diferente na “sustentação de uma anterioridade na instância da atualidade da enunciação.”

Quando a ocupação da FN-sujeito se dá pela definitude, ela pode ser a) definitude em núcleo (um “núcleo substantivo é a base em função da qual as determinações se agregam produzindo um efeito de unidade” – *Paulo saiu./ O gato pulou o muro.*); b) definitude em ancoragem (o lugar FN-sujeito “é marcado por uma necessidade de aporte de um grupo nominal (GN) fora do lugar do sujeito – *Entrei no quarto./ um gato entrou pela janela, ele saiu pela porta.*) e c) definitude em confluência (marcada por dois fenômenos: convergência sintática – *Choveu muito ontem./ Tem gelo no copo.* e pessoalidade dependente – *Cantando na chuva, eu levo a vida./ Vencido pela ilusão, Paulo demonstrou arrependimento.*)

O fenômeno da pessoalidade dependente vai nos ajudar a compreender os exemplos

(8) Caminhar, cantando na chuva, faz bem à alma.

(39) Comer bem não é comer muito.

(29) Andar faz bem à saúde.

(31) Andando se vai ao longe.

para os quais, até então, não havíamos ainda encontrado uma maneira para localizar o referente que determinaria o sujeito dos verbos no gerúndio e no infinitivo.

Lembramos que sempre que houver verbo acionado (conjugado) é certeza de haver sujeito. Então, os casos (8), para o verbo *cantando*, e (31) já estariam parcialmente resolvidos. Sabe-se que há um sujeito, portanto uma relação com uma pessoa (verbal), mas não se tem a referência exata de qual pessoa. Diríamos então que esses verbos possuem pessoalidade, embora não se refiram a uma pessoa em especial,

mas a referentes /+/- humanos/. Para os casos (8), para o verbo *caminhar*, (39) e (29), embora não percebamos uma referência direta a uma pessoa, sabe-se que evoca uma; um *alguém que* aciona os verbos *caminhar*, *comer* e *andar*, atualizando-os e produzindo um significado para eles e para as sentenças nas quais se encontram. Portanto, embora não flexionados, é também possível atribuir-lhes uma personalidade.

O segundo modo de ocupação da FN-sujeito proposto por Dias (2009), é pela identificação, no qual a “condição necessária para que o lugar da FN-sujeito se estabeleça como acionador do verbo é a projeção da identidade”. Esse tipo de sujeito seria para marcar o lugar da identidade da FN-sujeito. (*Alguém derrubou a placa de trânsito./ Quem concorda com essa ideia?/Eu vou transportar minha mudança e a rua está fechada. E aí?/ Lançaram um veículo movido a água.*)

E o terceiro modo é o feito pela prospectiva, pois o GN não recebe as condições de ocupação “nem em núcleo, nem em ancoragem, nem em confluência, para a constituição do campo de pertinência na relação entre as duas instâncias da enunciação.” (*Aquele que planta colhe./ Quem planta colhe./ Quem nunca liga para a suspensão do carro, acaba ligando pro guincho.*). A identidade do GN-sujeito está para além do presente. Ela é mais universal. Não é uma identidade que vai ser preenchida já.

Esse terceiro modo de ocupação é desenvolvido por Lacerda (2009). O primeiro modo parece não oferecer grandes questionamentos, pelo menos por agora. Deteremo-nos então no segundo modo de ocupação do GN-sujeito: o da identificação. Voltemos a alguns exemplos, acrescentando alguns outros. Vamos tentar compreender melhor como essa ocupação acontece.

(20) Alguém quebrou a viola de Pedro.

(23) ...

– Quando você faz alguma coisa ruim, você é castigado!

(24) Quando nós decidimos por algo, temos que assumir as consequências dessa decisão também.

(25) - Meninos, prestem atenção nesse exemplo: se eu pego o hidrogênio e misturo ao oxigênio o que é que eu tenho?

(36) Diz que manga com leite faz mal

(49) Fique atento! A gente nunca sabe onde essas coisas vão parar

(50) Comprei um carro novo. Eles fizeram um preço ótimo.

Os elementos sublinhados, constituintes da sentença, estão ocupando o lugar do sujeito nas sentenças em que aparecem. Portanto, eles deveriam representar, referenciar um elemento, um “alguém que” *quebrou, faz, decidimos, pego, diz, sabe e fizeram*, respectivamente, no âmbito da sentença ou do mundo (cf. Cançado). Porém, o que percebemos é que esse “alguém que” não tem uma identidade definida. É apenas uma virtualidade. É a projeção de uma identidade e esta não tem “definitude, como condição de se produzir efeitos de identificação.”

No mesmo grupo das sentenças anteriores, podemos incluir as apresentadas por Dias (2009:23)

- (i) Cantando na chuva.
- (ii) Vencido pela ilusão
- (iii) Esqueceram de mim.
- (iv) Matou a família e foi ao cinema.<sup>31</sup>

As quatro sentenças são títulos (de filmes ou reportagens). Porém, há uma diferença entre elas e as anteriores: embora também projetem uma identidade, fazem-no, sem, contudo, identificá-la. Essas sentenças são etiquetas. Em (i) e (ii), a sentença está ao mesmo tempo formulada para não identificar o desencadeador da cena; é um designador por inteiro. Essa forma de construção apreende o conjunto das cenas e a etiqueta num filme, num quadro, numa cena. Já (iii), apesar de também ser título, não puxa a etiquetagem, porque tem uma marca de pessoa (mim), portanto não há a neutralidade da voz. A sentença constitui a virtualidade da fala de um personagem. Entretanto, cria-se um certo suspense em relação ao GN que ocuparia o lugar de sujeito nela. Em (iv) percebemos também esse efeito de suspensão de direcionamento referencial. Isso foi feito para criar a virtualidade do lugar que não fora ocupado. Se fosse *Jovem adolescente matou a família e foi ao cinema*, perder-se-ia a etiquetagem, porque a sentença se tornaria narrativa e não haveria o problema da identificação.

O que não significa criar um problema de referência, de não saber o referente. A suspensão das possibilidades de constituição da base de definitude no espaço do GN cria uma demanda de identificação em outros espaços de enunciação que não o material, o da sentença.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> As sentenças (i) a (iv) são os exemplos (10) a (13) de Dias (2009:23), respectivamente.

<sup>32</sup> Essa é uma fala do Prof. Luiz Dias durante encontro do Grupo de Estudos da Enunciação no dia 27/10/09, na UFMG.

Essas observações nos autorizam a determinar um outro fator para a ocupação do lugar do sujeito indeterminado em sentenças do PB. Há situações enunciativas em que o falante deseja postergar a definitude da identidade do GN-sujeito. Para tal, lança mão de construções que, embora indeterminadas, aparecem com o lugar de sujeito ocupado materialmente, mas também não apresentam referência definida. Sabemos que a discursividade, através da memória das enunciações e da história dos dizeres, é capaz de atualizar, pelo acontecimento, um enunciado. Toda sentença estabelece-se pelas relações de apontamento e de reccção. Levando tudo isso em consideração, somos capazes de responder aos questionamentos feitos por nós no início desse trabalho.

Um fato capaz de ilustrar bem isso e comentado por Dias (1998:113) é o ocorrido em uma sala de aula em que a professora, após ensinar aos alunos as formas de indeterminação do sujeito de acordo com a GT, propõe-lhes uma atividade em que deveriam identificar e classificar os sujeitos de frases por ela apresentadas. A certa altura, pergunta então aos alunos:

\_ Qual é o sujeito da frase *Esqueceram de mim?*

Ao que um aluno prontamente responde:

\_ Os pais.

Isso corrobora a nossa tese de que a ocupação do lugar do sujeito se dá não apenas por razões de relações sintáticas dentro das sentenças, mas numa relação entre os fatos do enunciado e os fatos da enunciação e da memória.

#### **4.7 Específico e Definido: proposta de (re) conceituação**

O que nos parece até aqui é que há uma necessidade de se discutir uma diferença que vem se tornando fundamental para o nosso trabalho: a diferença entre “específico” e “definido”. Tudo indica que um termo ou conceito não pode ser tomado pelo outro. Tanto é assim que podemos ter especificidade sem ter definitude na FN. Ao dizer *O cachorro que amanheceu triste passou por aqui* fica claro que estou especificando o cachorro, mas não há um encapsulamento da expressão a ponto de provocar uma definitude configurada em nome, tal qual se encontra em *O menino que nasceu morto será enterrado hoje*. A expressão tem uma definitude tal, que há um fechamento, um encapsulamento em um substantivo capaz de designar toda a expressão: *natimorto*. A definitude está relacionada com essa capacidade de encapsular, de fechar a referência;

há um envolvimento com o substantivo, uma marcação de sentido no próprio termo quando se constitui a FN. Já a especificação não tem uma pontuação do sentido em si mesma; não há a definitude, embora seja marcada uma carência de referenciação na FN. Exemplos são os pronomes indefinidos “alguém”, “ninguém”, “nenhum”, “todos”, “tudo”: marcam uma especificidade, mas não uma definitude; não nomeiam coisa alguma. Logo, podemos estabelecer uma relação entre definitude e substantivo (encapsulamento) e especificação e pronomes, que poderia ser assim representada

$$\frac{\text{definitude}}{\text{substantivo}} = \frac{\text{especificação}}{\text{pronomes}}$$

Ao dizermos

(51) Um desconhecido usou o telefone.

(52) Alguém usou o telefone.

(53) Um certo alguém usou o telefone.

encontramos diferenças significativas em relação às FNs que ocupam o lugar do sujeito. Em (51), “desconhecido” encapsula porque nomeia um determinado grupo que foi recortado de um universo de todas as pessoas que teriam potencialidade e/ou capacidade para usar o telefone, muito embora, apesar de produzir essa informação, ainda assim procura saturação também. Isso porque o referente ainda não foi apontado com determinação. O grupo de *desconhecido* ainda é amplo. O encapsulamento e a saturação seriam alcançados se se dissesse: *O amigo do Luís Carlos usou o telefone*. Mesmo se *O amigo do Luís Carlos* fosse pertencente ao grupo dos desconhecidos para os interlocutores, ainda assim haveria um apontamento, uma referência. Portanto, com a FN *um desconhecido* ainda há a busca pela saturação. Em (52), não encontramos esse encapsulamento, porque a referência é para ser projetada e a sua saturação está mais na dimensão Pragmática, porque os pronomes sempre buscam a saturação numa ancoragem, como p.e.: *A mãe havia proibido o uso do telefone pelos filhos. Descobrimo que sua ordem foi desobedecida e até já sabendo quem o fizera, diz: Alguém usou o telefone*. É um recorte e a definitude não acontece no sintagma nominal, mas fora dele. E, em (53), também não ocorre o encapsulamento, há também uma projeção da identidade da FN; porém, percebemos uma maior eficácia no apontamento dessa referência, sendo mesmo percebida uma intensificação na projeção dessa identidade com o intuito de saturá-la. Repetindo a mesma cena descrita acima, se a mãe

dissesse *Um certo alguém usou o telefone*, a eficácia de apontamento do referente seria maior que em (52). Reforçando:

(54) Alguém chegou.

(55) Um certo alguém chegou.

Considere-se uma situação em que duas pessoas estejam juntas em casa e ouvem o barulho da porta se abrindo. Uma faz a constatação para a outra: *Alguém chegou*. Ao dizer isso, ela não tem o conhecimento de quem seja exatamente. Pode ser uma pessoa por quem elas já esperavam ou não. Porém, se dissesse *Um certo alguém chegou*, muito provavelmente a pessoa que chega já era esperada e a FN-sujeito foi assim utilizada para, possivelmente, criar um suspense, deixar em espera a definição do referente ou mesmo para fazer uma brincadeira com a ansiedade de quem esperava por outra que iria chegar. Assim, há em (55) uma ancoragem prévia na memória, na história dos dizeres desse enunciado que nos possibilita ver uma referência mais restrita que (54). Poderíamos até dizer que ambas as sentenças são indeterminadas, pois seus sujeitos assim o são, mas em função da situação enunciativa, percebemos que (55) é mais específica que (54).

Sabendo que a ancoragem pode ser feita também na memória, relembremos

(50) Comprei um carro novo. Eles fizeram um preço ótimo.

em que o pronome “eles” não retoma nem o comprador, nem o objeto comprado. Porém, se ancora numa memória que prevê todo o processo, o funcionamento da compra de um carro novo que envolve várias pessoas (comprador, vendedor, gerente, despachante), bem como instituições (concessionária, fábrica, delegacia de trânsito). O pronome “eles”, num processo de ancoragem na memória, retoma tudo isso. É um gesto de retrospecção. Esse pronome não tem, para nós, o mesmo valor de referência, de ancoragem ou de definitude que

(56) Eles falam que carro zero é que é bom.

Quando se tem a ancoragem, ao usar, por exemplo, “alguém” a definitude precisa sair da FN. É o que acontece numa situação em que algumas pessoas estão

juntas e uma delas quer arrastar um móvel do lugar e, não conseguindo fazê-lo sozinha, diz: *Alguém pode me ajudar?* Nesse caso, há uma ancoragem, é possível buscar o escopo de definitude de “alguém” naquele grupo de pessoas que se encontravam naquele lugar, naquele momento. Diferente seria se a cena fosse a de uma pessoa que se encontra em um lugar deserto e está perdida e em sinal de desespero grita: *Alguém pode me ajudar?* O domínio de referência desse “alguém” é muito mais amplo, é aberto para todos e quaisquer que puderem ouvir o grito. Porém, quando a FN-sujeito não é aberta para todos e quaisquer, a definitude não precisa sair da FN ou da cena enunciativa. A própria FN produz algum grau de definitude em si mesma ou, quando muito, na situação de uso da sentença.. Repetindo a primeira cena exemplificada acima, se a pessoa dissesse *Um certo alguém pode me ajudar?*, com certeza haveria um grau de definitude maior que o uso só do “alguém”. Haveria um direcionamento, um apontamento para um elemento específico presente na situação em que a cena foi vivenciada e que estaria sendo convidada ou convocada a ajudar o falante.

Há sempre uma busca da saturação semântica dos enunciados. Há um ponto de partida que leva o falante a dizer (51), (52) ou (53). Esse ponto de partida pode ser, p.e., o falante ter ou não presenciado, visto a cena. Caso isso seja afirmativo, ele poderá dizer (51) ou (53), mas se não tiver visto ou presenciado, a sua escolha será por (52). Inclusive em (52) podemos ter um referente que não seja necessariamente /+humano/. Pode o falante ter percebido o uso, porque o telefone estava fora do lugar habitual e isso ter sido provocado pelo gato da família que pulou sobre a mesa do telefone e o tirou do lugar de sempre. Caso esse fosse um evento comum (o gato pular sobre a mesa e retirar os objetos de seus devidos lugares), ele passaria a compor o campo de memória e seria estabelecida uma relação com o acontecimento enunciativo, capaz de fazer com que o falante dissesse (52) e isso fechasse a demanda de saturação do referente.

Essas nossas reflexões encontram eco nos estudos da macrossintaxe de Berrendonner(1990). De acordo com a perspectiva da macrossintaxe, há dois níveis de combinatoria, sendo que um deles mantém uma relação de apontamento em relação ao outro. Nos dizeres de Dias (2009b) o fio do discurso é marcado por incompletudes, não ditos, discrepâncias diversas, sem que isso se configure como falta, mas sim como elemento constitutivo desse discurso. Há um diálogo com o que, nesta perspectiva, se chama de nível M (memória discursiva) por meio de uma relação de *apontamento*. As relações entre a dimensão do dito com M adquirem características de anáfora associativa, seguindo as ideias de Berrendonner(1990).

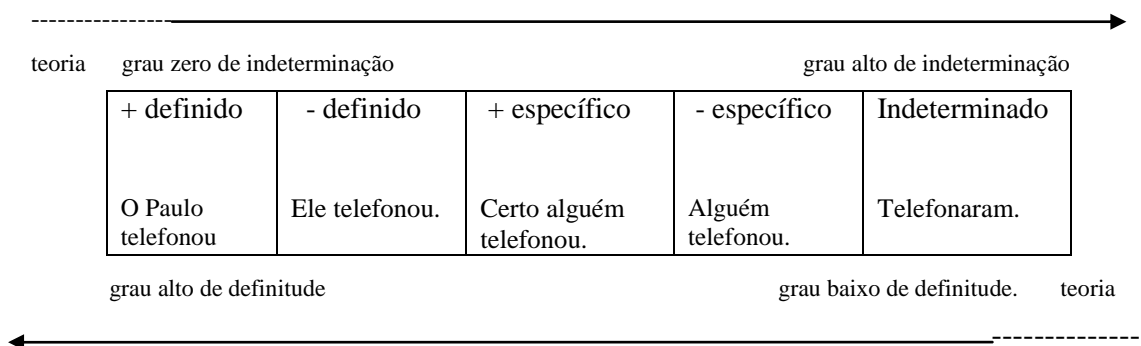


- a) O fígado de quem bebe pode sofrer danos;
- b) João parou de beber (57)
- c) Quando se para de beber, o fígado doente pode se recuperar.

Numa sucessividade, C2, depois de ser enunciada, passaria a constituir  $M_{+2}$  que poderia ser subsídio, por anáfora associativa, para uma C3.

Sendo assim, por tudo que apresentamos até aqui, parece-nos ser esse esquema, que simboliza a relação entre as sentenças e a memória, perfeitamente consonante com o modelo de análise de base enunciativa que aqui propusemos.

Em função das reflexões feitas até aqui e em consonância com os objetivos a que nos propusemos nesse item do capítulo, faz-se necessário retomar os conceitos de definido e de específico. É possível concluir que “definido” e “específico” não podem ser usados um pelo outro quando se trata de FN-sujeito. É possível ser específico, ter um grau maior ou menor de especificidade e não ser definido. E a definitude, por sua vez, se dá de diferentes formas como já vimos anteriormente. Dessa forma, podemos estabelecer um *continuum* entre esses conceitos.



O nosso *continuum* não teria um início delimitado. A formação nominal que encerra o referente a partir da definitude constituída pelos seus próprios termos não existiria. Ela só poderia ser concebida teoricamente. A sentença cujo sujeito encontra o seu referente exatamente no campo da formação nominal seria um marco entre o enunciado e a teoria que se aproximaria do fechamento da definitude: Esse seria, ao mesmo tempo, a ponta de dois níveis: grau zero de indeterminação e grau alto de definitude. *O Paulo Telefonou*. Quando se fizer necessário recorrer a outra sentença ou à materialização da cena enunciativa para que se possa identificar o referente, dizemos que há definitude, mas ela está ancorada em algo. *O Paulo não veio. Ele telefonou.*

Estaríamos no segundo nível que se caracteriza pela definitude, mas com grau menor. Também necessitando de ancoragem, temos o terceiro nível. Porém, essa ancoragem não é mais possível ser feita na sentença; ela será feita na cena enunciativa. Perde a característica de definitude, mas ainda assim é capaz de especificar um referente. Em *Certo alguém telefonou*, devido à presença do modificador ‘certo’, delimita-se o escopo de referência para o termo *alguém*. Não é todo e qualquer alguém presente na cena que poderá ocupar esse lugar. Não havendo a presença do modificador, caminhamos para o quarto nível que é o – específico. Nele, o escopo de referência também é na cena enunciativa, mas com uma abrangência maior, mas não totalmente indeterminada ainda, pois se percebe que foi um elemento com características também específicas, como p.e., o traço /+ humano/. *Alguém telefonou*. Essa construção se diferencia de *Telefonaram*, porque na última a abrangência do campo de referência é muito larga. Pode ser mais de um referente, pode ser uma instituição (um locutor falando em nome dela). Não há como definir nem especificar o referente que ocupará a posição de sujeito. Ele existe e sua identidade é completamente projetada e não identificada, definida ou especificada. Esse nível seria, ao mesmo tempo, o de grau mais alto de indeterminação e o de grau baixo de definitude, já que os graus máximos são teóricos, não são manifestados no enunciado.

A partir dessa discussão então, propomos uma redefinição desses conceitos, levando em conta que eles atuam em um *continuum* com cinco níveis cujos extremos são a definitude de um lado e a indeterminação de outro, tendo como intermediário o nível da especificidade. Assim, definido é o referente possível de ser recuperado e plenamente identificado e especificado no nível da sentença. E indeterminado é o referente cuja identidade é projetada na sentença. Esse referente indeterminado pode estar ou não representado materialmente na sentença e isso se dará em função da necessidade do falante em deixar esse referente + ou – especificado.

#### **4.8 O pronome “eles”: ancoragem e/ou indeterminação**

Retomemos a discussão a respeito do pronome “eles” em (50) e (59), pois achamos pertinente estabelecer a diferença entre o uso desse pronome em ancoragem ou como indeterminador. No PB, a forma material é a mesma.

(32') Os meninos chegaram. Eles fazem muito barulho.

(50') Eles fizeram um preço ótimo.

(59) Eles cuidam bem dessa cidade.

Em (32') temos um exemplo de definitude em ancoragem. O pronome 'Eles', por anáfora, retoma, "os meninos". A ancoragem se dá no nível do fio textual. Já em (50'), temos também um exemplo de ancoragem, mas essa se faz não no nível da sentença, mas num outro plano, o simbólico; ela se dá na memória. No entanto, em (59), não há ancoragem. O que há é uma indeterminação do referente. Mas é possível projetar a identidade desse "eles", que pode ser "os garis", "as autoridades", "o departamento de limpeza urbana", "os ambientalistas", "as ONGs da cidade" e tantas outras possibilidades. Mas a demanda de saturação desse referente não nos impede de fazer a sentença ganhar sentido, pois nem tudo tem que ser dito na textualidade. Ela se constitui com fundamentos no discurso. A textualidade não precisa dizer tudo, porque ela tem um discurso que a sustenta e, a partir dele, somos capazes de projetar uma identidade para sentenças como (59). Aqui também temos um escalonamento cujo grau mais alto de demanda de saturação do sujeito é o da indeterminação e o mais baixo é o da definitude em núcleo.

(32')	(50')	(59)
Definitude em núcleo	→→ ancoragem	→→ indeterminação.

Nós já podemos afirmar com segurança que as sentenças clamam por uma saturação de seu sentido e que esta pode estar no nível material ou no nível projetado. A saturação ocorre, mas ela pode se dar em diferentes escalas. É isso que mostra o esquema acima. Quando a demanda de definitude é saturada, temos um grau zero de demanda, a que chamamos de definitude em núcleo. Quando a definitude não ocorre na sentença, temos um grau alto de demanda de saturação e esta será buscada em outro nível, o simbólico. Chegamos então à indeterminação. Como meio termo, temos a demanda resolvida não na própria sentença, mas na textualidade que a contém. A demanda de saturação será resolvida na ancoragem, seja ela no âmbito da cena enunciativa na qual a sentença se encontra, ou no nível da memória, como já pudemos ver anteriormente.

#### 4.9 Sentenças indeterminadas e a relação com a negatividade

Um outro aspecto para análise da constituição do lugar de sujeito indeterminado e que merecerá nossa atenção será a forma de ver esse sujeito como “faltante”, como incompletude, o que pode ser sentido na própria formação da palavra. O prefixo “-in” já nos remete a essa ideia de negação, de não existência, de falta, de não ocupação, de não presença.

De acordo com nossa percepção de que a linguagem se constitui nos planos do material e do enunciável, essa visão não é pertinente.

Já refletimos sobre isso anteriormente. Não há “falta”. O lugar do sujeito é preenchido, apenas não o é no nível material da sentença. A ausência material não significa inexistência. Ao se dizer

(27) Quebraram a janela da sala de reunião.

o lugar do sujeito existe e sua configuração é projetada para um *alguém que* que não aparece no nível material da sentença. A ausência é constitutiva do significado e, caso necessite se recuperar o referente, recorre-se ao âmbito em que ele é totalmente presente: o nível da enunciação. Neste caso, a identidade, que fora somente projetada, ganha definitude. O falante sente muitas vezes necessidade – por razões que já apontamos anteriormente em nossas reflexões – de materializar essa identidade que era apenas projetada. Quando é assim, lança mão dos diversos recursos no léxico para tal, como também nós e outros estudiosos já mostramos. Essa maneira de apresentação do sujeito indeterminado (como forma presente materialmente na sentença) tem sido, inclusive, a preferida pelos falantes, por razões também já demonstradas. Portanto, agora, estamos autorizados a propor uma nova forma de se definir o sujeito indeterminado em função de todas essas considerações e reflexões. Não cabe mais tratar esse tipo de sujeito como ausente, como faltante, com essa relação com a negatividade.

#### 4.10 Redefinição do conceito de indeterminação

Retomemos algumas sentenças já apresentadas anteriormente e juntemos a outras igualmente coletadas por nós para a presente análise.

(49) “Fique atento! A gente nunca sabe onde essas coisas vão parar.”

(50) “Comprei um carro novo. Eles fizeram um preço ótimo.”

(60) “Se  você  quer passar no vestibular,  você  precisa se juntar a nós.”

(61) “Nós nunca chegaremos a lugar algum, se não observarmos os preceitos divinos.”

Os lugares de sujeito estão materialmente ocupados pelos termos sublinhados. Mas isso não significa que o referente desses sujeitos seja definido. É clara a indeterminação desses referentes. As suas identidades estão projetadas e a representação material dessa identidade não garante uma ancoragem na sentença ou na cena enunciativa, a fim de que se possa resolver a demanda de saturação da identidade desses sujeitos. Estaríamos diante de um impasse terrível se quiséssemos classificar esses sujeitos segundo a proposta da GT. Ela nos diria que eles são sujeitos simples, determinados. Mas isso foge à nossa compreensão do que seja determinação. Nossos alunos sentem um verdadeiro “nó na cabeça” quando expostos a esse tipo de situação. E eles têm razão. Então, com o objetivo de poder ajudá-los e a minimizar esse nó, quiçá desfazê-lo, é que propomos uma renomeação e uma redefinição do conceito de sujeito indeterminado com vistas à análise sintática desse termo, com base na teoria da enunciação. Para nós, sujeito indeterminado é, na verdade, **sujeito projeção**. O sujeito projeção é aquele cuja identidade está projetada no nível simbólico da sentença. Pode ou não vir nela materializado e essa materialização será representada por diversos itens lexicais selecionados de acordo com a cena enunciativa e com a necessidade de o falante deixar a identidade do referente menos ou mais especificada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos nossa coleta de dados e a seleção deles para a composição da nossa pesquisa, ficamos atentos aos itens 1 e 2 das etapas previstas para o trabalho (apresentados nas p.16). Quanto aos itens 3 e 4, cuidamos de desenvolvê-los ao longo do Cap.3, no momento em que testamos os dados segundo nossas hipóteses e nossa teoria de base enunciativa e no momento da configuração do fenômeno estudado: a ocupação do lugar do sujeito indeterminado em sentenças no PB.

As questões por nós levantadas *por que as recorrências de materialização desse sujeito? Quais são as formas que estão sendo usadas para ocupar organicamente esse espaço? Em que condições enunciativas essa ocupação acontece? São as mesmas formas de materialização usadas em todas e quaisquer situações enunciativas indistintamente?* foram, ao nosso ver, respondidas quando da análise desenvolvida no Capítulo 3 e que aqui sintetizamos. As recorrências de ocupação material do lugar do sujeito indeterminado se explicam devido a

- 1- uma mudança no paradigma de conjugação verbal que está em curso no PB, devido ao enfraquecimento da concordância verbal causada por essa mudança no citado paradigma;
- 2- uma necessidade de garantia da constitutividade do sujeito como pertinente, como essencial à estruturação da sentença no PB, já que ele, sujeito, é anterior à constituição do predicado;
- 3- uma postergação da identidade projetada desse sujeito;
- 4- uma necessidade de estabelecer o grau de indeterminação e de especificação do nível da definitude do sujeito da sentença;
- 5- uma marcação da abrangência do escopo de referência passível de ocupar o lugar desse tipo de sujeito de identidade projetada;
- 6- um reconhecimento da existência de que há um outro nível que não o orgânico, o material nas sentenças proferidas por ele, falante;
- 7- um conhecimento de que, nas sentenças, as relações se estabelecem pela recção e pelo apontamento, mesmo que esse seja para uma instância fora da materialidade da sentença.

Enfim, as razões são muitas. Não tivemos a pretensão, nesse trabalho, de esgotá-las, mas antes oferecer um leque maior das possibilidades de compreensão desse fenômeno no PB atual.

As formas que estão sendo usadas para a ocupação material do sujeito indeterminado nas sentenças do PB são várias e foram explicitadas ao longo desse trabalho e elas não são as mesmas para todas as situações enunciativas. Há uma seleção dessas formas para explicitar o grau de definitude e a abrangência do referente, o que foi por nós demonstrado através do *continuum* que propusemos para os graus de indeterminação e para o escalonamento das formas de definitude.

Dessa forma, acreditamos ter alcançado o nosso objetivo de discutir o conceito de sujeito indeterminado o que culminou com uma proposta de redefinição da nomenclatura e do conceito desse tipo de sujeito. Porém, para isso, fizemo-lo com base em outra perspectiva que não a tradicional, mas uma perspectiva que se constrói à luz de uma teoria de base enunciativa. Essas redefinições assim ficaram: *Sujeito projeção é aquele cuja identidade está projetada no nível simbólico da sentença. Pode ou não vir nela materializado e essa materialização será representada por diversos itens lexicais selecionados de acordo com a cena enunciativa e com a necessidade do falante de deixar a identidade do referente menos ou mais especificada.*

Acreditamos também ter elucidado aspectos da relação entre o formal e o semântico, além de também termos alcançado os objetos mais específicos por nós apresentados, que seriam a) verificar em que medida a indeterminação se constitui diferentemente no âmbito do lugar de sujeito gramatical, tendo em vista a ocupação e a não ocupação desse lugar sintático e b) uma vez que a indeterminação se deu pela ocupação, observamos os fatores enunciativos que suportaram a ocupação desse lugar sintático na constituição de uma indeterminação

E, para finalizar, comprovamos a pertinência do nosso trabalho ao verificar que outros estudos dessa natureza chamam a atenção de pesquisadores não só aqui no Brasil, mas também em outros países de tradição na pesquisa linguística, como os estudos da macrossintaxe de Berrendonner(1990). Para ele, há dois níveis de abordagem da sentença: o da microssintaxe (relação de ligação entre os constituintes da sentença) e o da macrossintaxe. Com este último, mostramos a relação existente entre ele e a nossa perspectiva.

Sabemos que ainda há muito a ser elucidado. De antemão já sentimos necessidade de especificar melhor o que vem a ser “a cena enunciativa”. Também julgamos ser crucial estabelecermos o espaço definitivo, contundente e essencial da Semântica nos estudos da sintaxe de uma gramática da Língua Portuguesa. Infelizmente, os propósitos e limites desse trabalho não nos permitiram aprofundarmos nessas questões. Por hora, esperamos ter contribuído com os estudos linguísticos na busca da compreensão de alguns fatos e fenômenos de nossa língua, especialmente os relativos à indeterminação do sujeito.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BERLINK, R.A, DUARTE, O. M. Predicação. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org). *Gramática do português culto falado no Brasil*. V.3, Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 98-187.

BROWN, J.D.; RODGERS, T. *Doing second language research*. Oxford: Oxford. 2002.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

DALMASCHIO, L. *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar do objeto*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

DAVIS, K. Qualitative theory and methods em applied linguistics research. *TESOL Quarterly*. V.29, n.3 p. 427-453. 1995.

DIAS, L. F. Enunciação e regularidade sintática. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas. n. 51(1):7-30, Jan/Jun 2009.

\_\_\_\_\_. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: Eni P. Orlandi; Eduardo Guimarães (Org).. *Um dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil*. Lyons: ENS Éditions, p. 79-82, 2007.

\_\_\_\_\_. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S.E. & SANTOS, F.J. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes, 2006a p. 43-53.

\_\_\_\_\_. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: MARINHO, J.H.C.; SARARIVA, M.E.F. (orgs). *Estudos da língua em uso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/ UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, Cláudia S. (org). *Questões de linguística*. Passo Fundo: UPF, 2003.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (org). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/ Sagra Luzzatto, 2002.

\_\_\_\_\_. Gramática na sala de aula: da lição gramatical ao fato discursivo. *Vivência*, R. CCHLA/UFRN, Natal, v.12, n.1, p.113-120, jan/jun.1998.

*Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* 11ed/ 10 tiragem. Rio de Janeiro: FAE – Ministério da Educação, 1986.

DUARTE, M. E. L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. (In: Paiva, M. C. & Duarte, M. E. L 2003 *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 115-128).

\_\_\_\_\_. O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas. *Revista do GEL*, S.J. do Rio Preto, v.5. n.1. p. 9-30, 2008.

GASS, S., MACKEY, A. Linguistics-Based Research. In: \_\_\_\_\_ *Data elicitation for second an foreign language research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum.2007.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas. Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, p. 5-31.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Enunciação, língua e memória. *Revista da ANPOLL*, nº 2, p.27-33, 1996.

LACERDA, P. B.G., *Sentenças Proverbiais: um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

LARSEN-FREEMAN, D. & LONG, M. *An introduction to second language acquisition research*. New York: Longman. 1991 (cap.2- p 12-51).

LUNGUINHO, M. V. S., JÚNIOR, P. M. Inventou um novo tipo de sujeito” características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. In: Interdisciplinar – *Revista de Estudos de Língua e Literatura*. UFS, Brasil, 2009.

*Mini Dicionário Aurélio eletrônico*. Acesso em 21/01/2010.

MOREIRA, É. C. *Indeterminação do agente no português oral do Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Belo Horizonte.

MILNER, J.C. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

NEGRÃO, E.V. O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso. *Boletim da Abralin*, Fortaleza, V.25, p.183-199, 2000.

OLIVEIRA, K.R. *Nós, a gente e o clítico se como estratégias de indeterminação do sujeito no Português*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, UFU, Uberlândia.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

PEREIRA, B K. *A convergência de sujeito e objeto direto: por uma sintaxe de bases enunciativas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *Estudos de Gramática Descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SANTOS, G. *Questões sobre a indeterminação do sujeito*. Inventário – revista dos estudantes do programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, [www.inventário.ufba.br](http://www.inventário.ufba.br), v.1, 2006.

SOUZA, E. M. *O uso do pronome “eles” como recurso de indeterminação do sujeito*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

SOUZA, J. E. O conceito de sujeito. Caderno de área do Departamento de Letras da UCG - *Pretextos*. Editor Braz José Coelho. Goiânia: ed. da UCG, 1986.

SOUZA DIAS. *Lógica do Acontecimento: Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p.89-112.

TOLEDO, R. P. O pai do Neymar. *Veja*, São Paulo: Abril, p.186, maio 2010.